



RELATÓRIO DE  
SUSTENTABILIDADE | **2020/2021**



Represa da Serra do Japi (Ribeirão Ermida)  
\*Capa: Barragem da represa de acumulação do Rio Jundiá-Mirim

## RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE 2020/2021



# SUMÁRIO

**MENSAGEM DA PRESIDÊNCIA. . . . .6**

**1. SOBRE O RELATÓRIO. . . . .12**

1.1. Materialidade . . . . . 13

1.2. Acesso dos stakeholders às informações da empresa . . . . . 16

**2. A DAE JUNDIAÍ . . . . .18**

2.1. Seja qual for o desafio, a DAE Jundiaí está preparada! . . . . . 19

2.2. Serviços de Saneamento . . . . . 22

2.3. Inovação e tecnologia . . . . . 26

**3. ÉTICA, TRANSPARÊNCIA E BOA GOVERNANÇA NOS NEGÓCIOS .28**

3.1. Estrutura de governança. . . . . 29

3.2. Ética e transparência. . . . . 30

**4. CUIDADOS COM O MEIO AMBIENTE . . . . .34**

4.1. Gestão do meio ambiente . . . . . 37

4.2. Gestão de recursos hídricos e biodiversidade . . . . . 39

4.3. Gestão de impactos relacionados ao descarte de água. . . . . 42

4.4. Cuidados com a biodiversidade . . . . . 42

4.5. Estratégia climática e gestão de emissões de gases do efeito estufa . . . . . 49

4.6. Eficiência energética das operações. . . . . 52

**5. VALORIZAÇÃO DAS PESSOAS . . . . .56**

5.1. Gestão de pessoas . . . . . 57

5.2. Investimento social privado . . . . . 60

5.3. Universalização dos serviços de saneamento e acesso à água e esgoto. . . . . 66

5.4. Gestão de riscos relacionados à segurança hídrica . . . . . 70

**6. DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO . . . . .72**

6.1. Valor econômico direto gerado e distribuído . . . . . 73

**7. SUMÁRIO GRI . . . . .78**

**CRÉDITOS. . . . .82**



Walter da Costa e Silva Filho,  
diretor-presidente.

## MENSAGEM DA PRESIDÊNCIA

Este é o segundo Relatório de Sustentabilidade da DAE e o primeiro que tenho a honra de endossar como diretor-presidente, cargo que assumi em janeiro de 2021. O documento refere-se aos nossos resultados no biênio 2020-2021 com foco nas questões de sustentabilidade que perseguimos. [102-14]

Em agosto de 2019, vim para a empresa tendo como uma das minhas missões implantar o Mundo das Crianças, uma extensão da área de preservação da reserva que abastece nossa cidade e que, desde 2021, está cumprindo seu papel de integrar as crianças ao meio ambiente por variadas atividades. A inauguração do espaço, junto com a Prefeitura de Jundiaí, é um demonstrativo da sinergia de todos na busca contínua pela excelência na prestação dos serviços, preocupação com as gerações futuras e preservação do bem mais essencial à vida, que é a água.

Infelizmente, não há como falar dos resultados do biênio sem citar os reflexos da pandemia da Covid-19, período em que, apesar das adversidades encontradas, mantivemos as nossas decisões pautadas para serem sempre as melhores opções possíveis para nossos clientes. O agravamento da situação sanitária, com reflexos imediatos na ordem econômico-financeira do Brasil, trouxe para a DAE um sensível aumento da inadimplência, acompanhado da suspensão temporária dos cortes no fornecimento de água aos imóveis residenciais

nessa situação. Por outro lado, a empresa rapidamente adotou medidas para a manutenção dos trabalhadores essenciais em campo, sem interrupção dos serviços prestados à sociedade. Nada deixou de ser cuidado, sempre pensando na qualidade dos nossos serviços e na nossa missão de atender a cidade da melhor forma.

Não paramos nenhum dia, mas tivemos impactos em frentes variadas, da nossa operação às atividades das empresas parceiras e fornecedores. Enfrentamos várias barreiras e, felizmente, conseguimos encerrar 2021 de modo animador para a chegada de 2022. Em termos de apoio à comunidade, em 2021, a DAE implementou a tarifa social nas unidades de consumo elegíveis.

Ainda em 2021, o Laboratório de Controle de Qualidade da DAE obteve mais uma conquista: o certificado pela ISO/IEC 17025, uma norma técnica internacional que rege a gestão de qualidade de laboratórios. O selo confirma a competência técnica, a imparcialidade e a precisão dos resultados realizados pela DAE, garantindo a qualidade da água consumida no município.

No aspecto financeiro, tivemos redução de Receita e de EBITDA de 2019 para 2020, mas já houve espaço em 2021 para um aumento de Receita, mesmo tendo o EBITDA reduzido em cerca de 50%, como descrito nas páginas a seguir. Nossos principais investimentos sociais

privados sofreram uma alteração de estratégia, com retomada de licitações somente em 2022. A boa notícia é que grande parte dessas nossas obras paradas será concluída até 2023 e, ainda, no segundo semestre de 2021 entregamos importantes obras de extensão de rede de água e esgoto.

Sempre pensando no futuro, nas medidas de médio e longo prazo, concluímos também a contratação do estudo de disponibilidade hídrica subterrânea. Com esse estudo, se houver potencial hídrico subterrâneo a ser explorado, a DAE fará o pedido de outorgas de captação de água ao DAEE (Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo).

Alinhada com o conceito de sustentabilidade e economia circular, estamos buscando também converter parte do volume das águas residuais geradas no município de Jundiaí em alternativas de reúso. Nesse sentido, algumas possibilidades vêm sendo analisadas a fim de levantar informações para viabilizar a implantação de projetos de reúso tanto nos aspectos ambientais quanto financeiro.

Todos esses potenciais projetos poderão contribuir para evitar escassez hídrica ao longo dos anos.

Desejo encerrar falando um pouco sobre o futuro da DAE: 2022 será um ano de transição, de conclusão de projetos iniciados no biênio anterior e, com certeza, 2023 e 2024 voltam a ter obras que, principalmente, influenciarão positivamente a sempre tão preocupante crise hídrica. A DAE é uma empresa de saneamento e, por isso, tem em seus planos buscar e encontrar novos produtos, como energia elétrica, água de reúso, novos clientes que venham a se estabelecer na cidade, enfim, novas fontes de renda para a empresa aliadas à melhora cada vez maior da oferta dos nossos serviços aos habitantes que atendemos. O novo marco regulatório está aí para nos apoiar e ajudar em nossas decisões.

Sobre nossos últimos resultados, deixo para os leitores a análise deste Relatório de Sustentabilidade. Aliás, a partir de agora, os avanços da DAE em sustentabilidade serão publicados anualmente e este é um dos nossos compromissos para com o tema.

**Walter da Costa e Silva Filho**  
diretor-presidente

## DIRETRIZES ESTRATÉGICAS DA DAE JUNDIAÍ



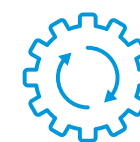
### Perenidade

alinhamento da visão de longo prazo com a execução de ações e projetos imediatos, que tragam segurança hídrica para a população, comércio, serviço e indústria.



### Transparência

princípio norteador da gestão pública que, junto com eficiência e eficácia, trarão evidentes ganhos para a empresa, seus colaboradores e a população jundiaense.



### Sustentabilidade

compromisso com ações harmônicas nas esferas econômica, social e ambiental, com vistas a fomentar o valor agregado dos serviços prestados.



### Universalização

princípio que busca a ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados ao saneamento básico.



### Inovação

utilização de tecnologias e ferramentas de vanguarda para uma prestação de serviço de excelência.

# Destaques no período

## Combate ao Coronavírus

O biênio 2020-2021 foi pautado pelo enfrentamento à Covid-19 e, assim como outras empresas e setores, a DAE Jundiá viu-se obrigada a rever seus processos de prestação de serviços, cronogramas e atividades relacionadas à saúde dos seus servidores e clientes, em consonância com as orientações do Ministério da Saúde, do Governo do Estado de São Paulo, da Prefeitura Municipal de Jundiá e da Organização Mundial da Saúde. Dentre as principais ações adotadas, estão:



Manutenção das atividades essenciais voltadas ao contínuo fornecimento de água tratada e coleta, afastamento e tratamento de esgoto à população de Jundiá;



Suspensão do corte no fornecimento de água de clientes inadimplentes até 14 de agosto de 2020, abrangendo todas as categorias de unidades consumidoras;



Continuidade das obras em andamento;



Distribuição de máscaras para todos os servidores, com obrigatoriedade do uso por todos nas unidades da empresa; e *face shields* para os colaboradores em contato direto com o público; demarcação de distanciamento em locais de circulação, como o do relógio de ponto;



Teletrabalho para servidores acima de 60 anos, gestantes e portadores de doenças imunodeprimidas;



Redução de circulação de servidores com revezamento e teletrabalho;



Limpeza e desinfecção diária da frota, da sede administrativa e unidades externas; distribuição de totens com álcool em gel;



No auge da pandemia, atendimento presencial mediante agendamento somente no Posto da Sede da DAE ou pela Central de Relacionamento 24 horas (0800 0133 155);



Medição da temperatura dos servidores e terceirizados antes de ingressarem na DAE Jundiá e notificação às empresas contratadas para a adoção de medidas de proteção dos seus colaboradores.

## Destaque 2020

O Mundo das Crianças, inaugurado em dezembro de 2020, é a extensão da área de preservação da represa que abastece Jundiá e a concretização das concepções sobre a infância que o município vem desenvolvendo ao longo dos últimos cinco anos. Foi concebido com base em pesquisas sobre a criança e em experiências internacionais sobre as relações do ambiente urbano e o planejamento de políticas públicas. [102-12]

## Destaques 2021

Criação da Tarifa Residencial Social para famílias inscritas no Cadastro Único, com renda mensal per capita de até meio salário mínimo e adimplentes com a DAE. O benefício foi criado junto com a Prefeitura de Jundiá em atendimento às recomendações da ARES-PCJ. [102-12]

Implantação de três novos reservatórios de água tratada (FazGran, Jardim Carlos Gomes e Distrito Industrial), com capacidade somada de 15.000 m³, assegurando o abastecimento mesmo em períodos de manutenção na rede e beneficiando mais de 90 mil pessoas.



Sede Administrativa da DAE Jundiaí  
(foto 2022)

# 1. SOBRE O RELATÓRIO

Este Relatório Bianual de Sustentabilidade apresenta os aspectos mais importantes das operações da DAE Jundiaí no período de 01 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2021. O primeiro relatório de sustentabilidade da empresa foi publicado em 2019 e encontra-se em seu site para consulta. A partir desta edição, a empresa inicia um ciclo anual de publicação, sempre no mês de junho. [102-49, 102-50, 102-51, 102-52]

O documento foi preparado em conformidade com as Normas da Global Reporting Initiative (GRI): opção Essencial, em sua versão mais atualizada. Os indicadores GRI estão apontados ao longo do texto, sempre entre colchetes e negrito, indicando os temas materiais a que estão relacionados. O Índice de Conteúdo GRI encontrado nas páginas finais deste relatório apresenta todos os indicadores considerados nesta edição e as páginas em que estão inseridos. [102-54]

Uma lista de temas materiais definidos pela empresa foi utilizada como base para a definição do conteúdo deste relatório. Para a sua definição, foram conduzidas abordagens online (seis entrevistas com a alta liderança e uma consulta com 166 respondentes selecionados). Os temas materiais foram correlacionados aos tópicos dos Standards da GRI, sempre que possível, e a partir disso foram escolhidas as divulgações tópico-específicas a serem relatadas. [102-46]

Todos os dados coletados foram reformulados, podendo diferir dos apresen-

tados na edição de 2019. Cabe ressaltar duas mudanças significativas: o presente relatório tem a periodicidade bianual e houve a revisão da matriz de materialidade que, consequentemente, alterou as divulgações GRI e os temas abordados. [102-48] [102-49]

A empresa possui sólido compromisso com a transparência ao divulgar seus resultados operacionais, socioambientais e financeiros. Desse modo, este material está disponível para verificações externas a qualquer momento. [102-56]

Para mais informações ou dúvidas a respeito deste relatório, entre em contato pelo e-mail:

**sustentabilidade@daejundiai.com.br.**  
[102-53]

## 1.1. Materialidade

Em um Relatório de Sustentabilidade como o que se apresenta aqui, a definição de uma matriz de materialidade é a base que define os pontos mais relevantes na empresa para o seu direcionamento estratégico com foco em sustentabilidade. Para essa definição, são avaliados vários fatores e, no caso da DAE Jundiaí, foram aplicadas as seguintes etapas:

- Seleção de temas
- Seleção e engajamento de stakeholders
- Análise e ponderação dos resultados
- Validação

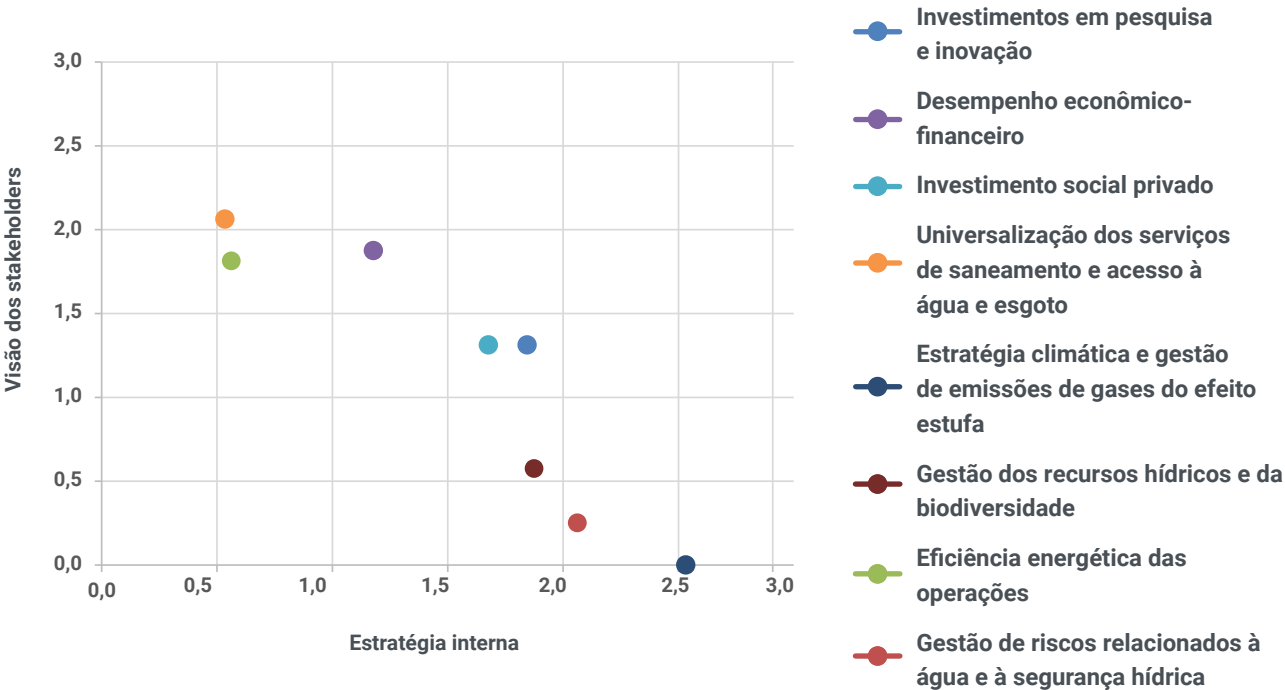
Um dos pontos fundamentais para o sucesso deste processo é o envolvimento de todos os *stakeholders* da empresa. Nesse sentido, para o diagnóstico dos temas materiais, a DAE Jundiaí levou em conta a relevância do grupo de interesse e a maturidade de relacionamento com a empresa e, como citado anteriormente, realizou entrevistas com a alta liderança e uma consulta específica feita a um grupo de *stakeholders* selecionados. [102-40, 102-42,102-43]

Em linhas gerais, integram o quadro de *stakeholders* da empresa o seu diretor

presidente, lideranças, colaboradores, fornecedores, clientes, conselheiros, financiadores e representantes de Conselhos e Colegiados, com quem a DAE Jundiaí está constantemente aprimorando as formas de relacionamento [102-40, 102-42,102-43]

A Matriz de Materialidade definida e os conteúdos GRI selecionados com a lista das principais preocupações e tópicos levantados estão apresentados nos dois quadros a seguir. [102-44,102-46,102-47]

Representação gráfica dos temas materiais



| Tema Material                                                       | Indicadores GRI Standard   |       |       |       |       |       |       |  |
|---------------------------------------------------------------------|----------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|--|
| Investimento em novos negócios e serviços                           | Sem correspondência direta |       |       |       |       |       |       |  |
| Desempenho econômico-financeiro                                     | 201-1                      |       |       |       |       |       |       |  |
| Investimento social privado                                         | 203-1                      | 413-1 |       |       |       |       |       |  |
| Universalização dos serviços de saneamento e acesso à água e esgoto | Sem correspondência direta |       |       |       |       |       |       |  |
| Estratégia climática e gestão de emissões de gases do efeito estufa | 305-1                      | 305-2 | 305-3 | 305-4 |       |       |       |  |
| Gestão da biodiversidade e dos riscos relacionados à água*          | 201-2                      | 303-1 | 303-2 | 304-1 | 304-2 | 304-3 | 304-4 |  |
| Eficiência energética das operações                                 | 302-1                      | 302-3 |       |       |       |       |       |  |

\* contém indicadores próprios



## 1.2. Acesso dos *stakeholders* às informações da empresa

[102-43]

As informações da DAE Jundiá estão disponíveis no próprio site da empresa ou, se for o caso, o *stakeholder* pode fazer suas solicitações, questionamentos e sugestões pelos canais de comunicação disponíveis. Há também a opção de consulta ao Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS).

O site da DAE é uma ferramenta de comunicação que pode ser acessada por todos e está sempre disponível. Nele, pode-se encontrar informações institucionais, financeiras, legislações, notícias,

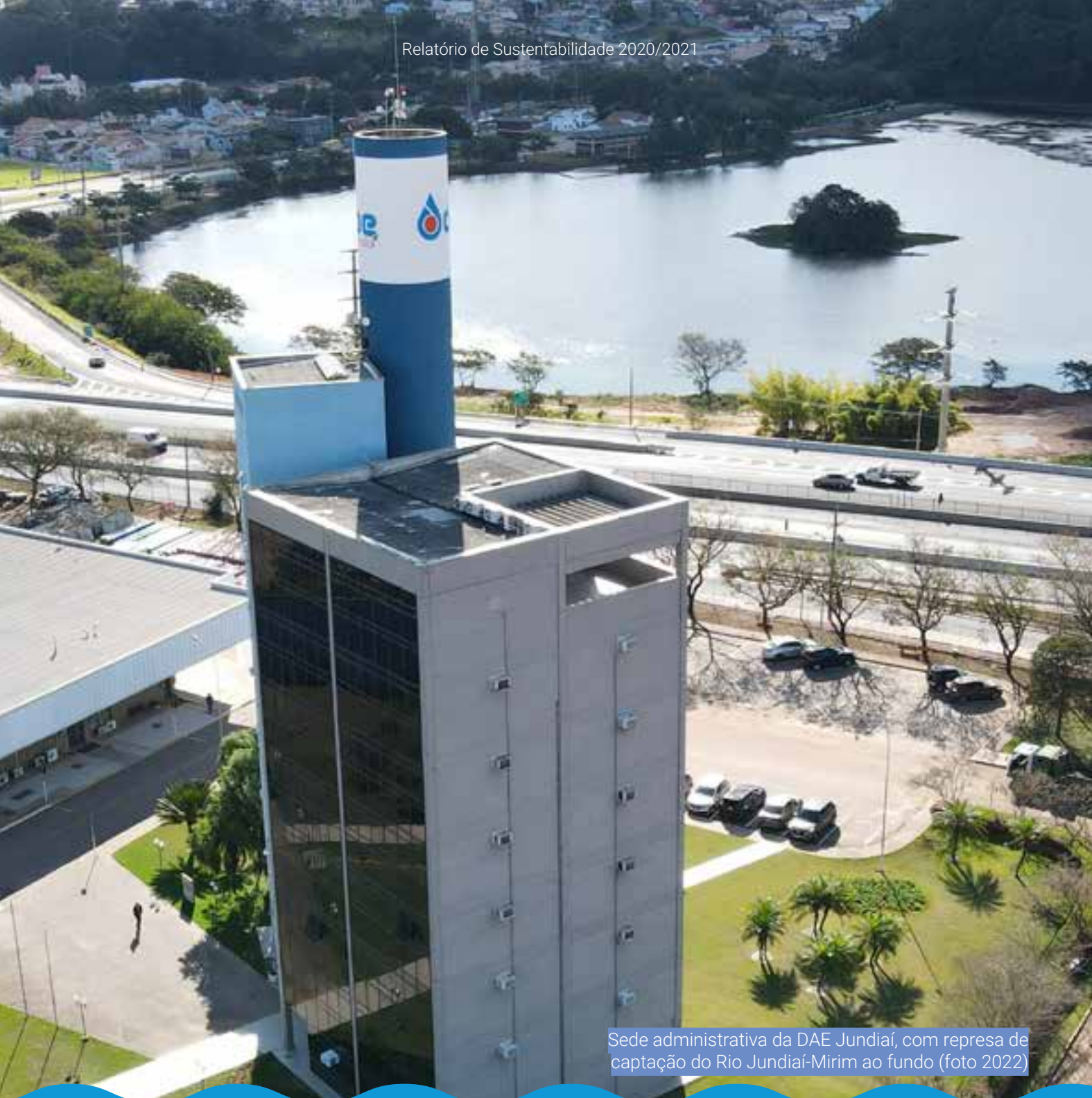
serviços online, abertura e consulta de processos e, ainda, os canais de comunicação (Fale com a DAE, Serviço de Informação ao Cidadão–SIC, Canal de Denúncias, Ouvidoria). Além do site, a DAE também está presente nas redes sociais (Facebook, Instagram, LinkedIn), possui cinco postos de atendimento ao cliente, uma Central de Relacionamento 24 horas e realiza campanhas publicitárias sobre suas atividades.

A partir de links no site, a DAE Jundiá também disponibiliza para consulta sua

Política de Gestão de Riscos Corporativos, Código de Conduta e Integridade, Regulamento de Compras, Política de Privacidade, Política de Segurança da Informação, Política de Saneamento, Plano Municipal dos Recursos Hídricos, Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa. Especificamente os colaboradores têm acesso a eventos e palestras (como o Compliance Day, SIPAT, Programa Boas Práticas) e também a uma Intranet, que veicula e-mails e cartazes informativos, além do jornal Se Liga na DAE.

A única pesquisa de satisfação realizada pela empresa no período foi implementada em junho de 2021 e referiu-se às demandas recebidas pela Ouvidoria. Foram contabilizadas 43 respostas na pesquisa: 72,1% dos respondentes indicaram estar satisfeitos com o retorno da Ouvidoria e 79,1% utilizariam esse canal novamente. Para os próximos anos, a DAE tem como meta a criação de ações e ferramentas que permitam verificar a satisfação dos seus *stakeholders*.

Banco de imagem: Freepik



Sede administrativa da DAE Jundiaí, com represa de captação do Rio Jundiaí-Mirim ao fundo (foto 2022)

## 2. A DAE JUNDIAÍ

### Clientes (unidades consumidoras) [102-7]

2020 = 109.606

2021 = 109.705

### Operações da empresa na região



Captação  
de água



Tratamento e  
abastecimento de água



Coleta e afastamento  
de esgoto



Tratamento  
de esgoto



Administração do Parque da Cidade  
e Mundo das Crianças

### 2.1. Seja qual for o desafio, a DAE Jundiaí está preparada!

A DAE S/A Água e Esgoto é uma sociedade anônima com 99,9999% de suas ações pertencentes à Prefeitura de Jundiaí e 0,0001% a acionistas privados. Com o nome fantasia DAE Jundiaí, faz atendimento residencial, comercial, industrial e a prédios públicos, nas áreas urbana (cobertura total) e rural (cobertura parcial) do município, fornecendo água tratada, coleta e tratamento dos esgotos (este último, concessão à CSJ – Companhia Saneamento de Jundiaí). [102-1, 102-2, 102-4, 102-5, 102-6]

A empresa é também responsável pelo controle da ocupação do solo e a proteção dos mananciais, numa relação intrínseca com o meio ambiente onde está localizada a cidade de Jundiaí, inserida nas bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí.

A DAE Jundiaí foi criada por meio da Lei municipal nº 5.307/99 e sua sede está localizada à Av. Alexandre Ludke, 1500–Vila Bandeirantes, cidade de Jundiaí–São Paulo, [102-3]

A DAE Jundiaí atua em uma região do estado de São Paulo em que o saneamento básico tem sido uma das principais estratégias de gestão pública.

A partir da década de 1980, o desenvolvimento sustentável passou a ser incluído nas diretrizes e planos municipais e um dos pontos de destaque dessa década é a publicação da Lei 2405/1980, que disciplina o uso do solo para proteção das coleções de água e demais recursos hídricos de interesse do Município de Jundiaí. Outro destaque com relação ao tema é o registro do tombamento da Serra do Japi (realizada pelo CONDEPHAT em 1983), que abriga a maior reserva de Mata Atlântica em perímetro urbano no país bem como a publicação da Lei Estadual nº4.095 de junho de 1984 (regulamentada pelo Decreto 43.284/1998) que declara Área de Proteção Ambiental a região urbana e rural do Município de Jundiaí.

Atualmente, de acordo com o Trata Brasil 2022 (SNIS 2020)<sup>1</sup>, os dados da empresa estão entre os mais expressivos do país, conforme a seguir:

- Atendimento Total de Água: 99,07%
- Atendimento Urbano de Água: 99,70%
- Atendimento Total de Esgoto: 98,23%
- Atendimento Urbano de Esgoto: 99,50%
- Índice de Tratamento de Esgoto: 100%

Para saber mais, acesse a [memória da empresa](#).

1. Embora os dados atualizados da DAE tenham sido encaminhados ao SNIS 2021, até o fechamento desta edição ainda não haviam sido publicados.



Estação de Tratamento de Água-Anhangabaú (ETA-A)

## 2.2. Serviços de Saneamento

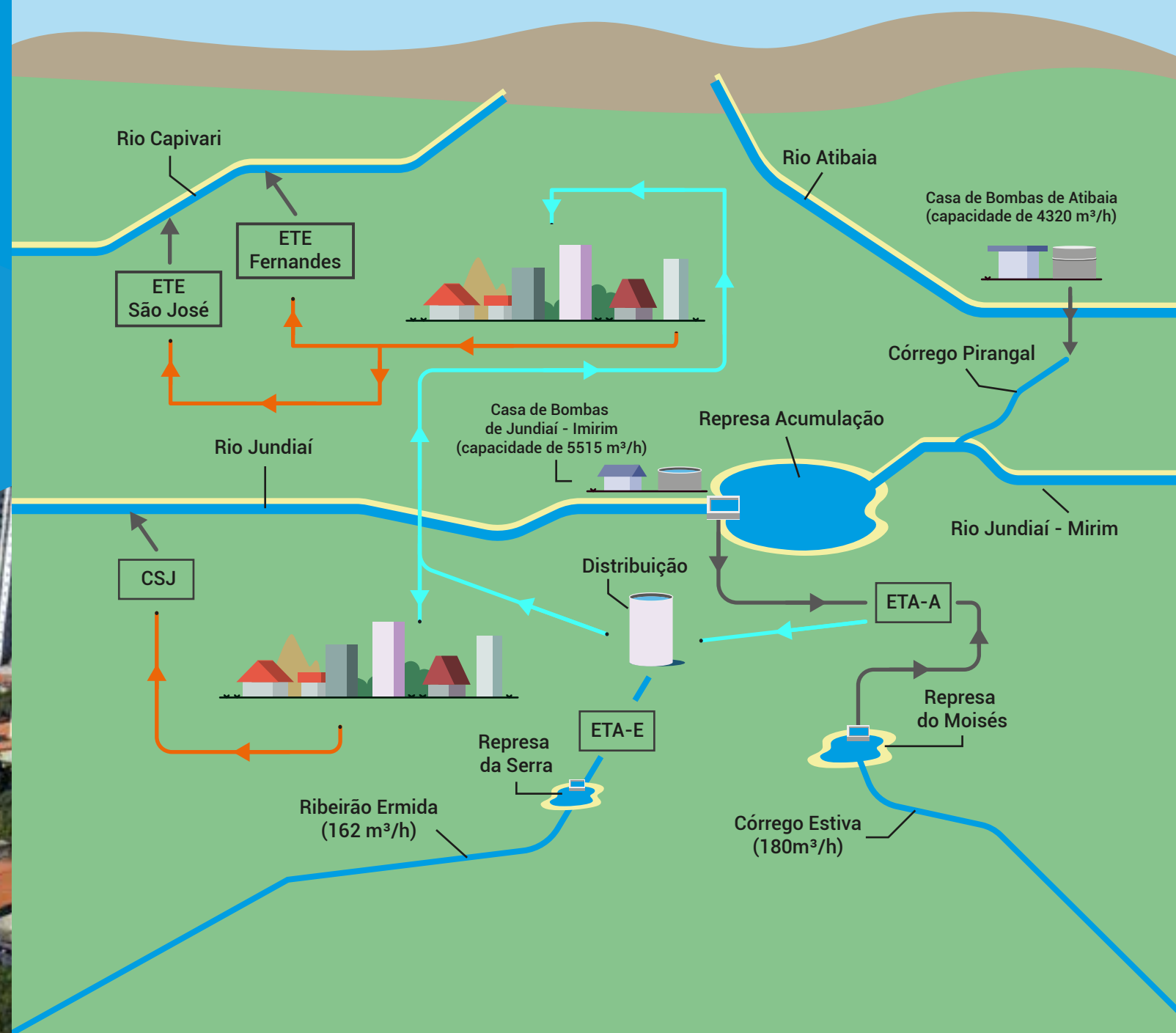
Fornecimento de água tratada, coleta e tratamento dos esgotos são os serviços oferecidos pela DAE Jundiá à região de abrangência. [102-6]

95% da água que abastece o município é proveniente do rio Jundiá Mirim, principal manancial da cidade, formado pela junção dos rios Córrego do Tanque e Ribeirão do Perdão. Esse rio, em toda sua extensão, é classificado como classe 1, ou seja, não pode receber nenhum tipo de lançamento, o que ajuda a manter sua qualidade preservada por toda sua extensão.

Os outros 5% da água que abastece o município são provenientes dos seguintes mananciais: Córrego Japi (ou Estiva), que abastece a represa localizada no bairro Moisés (próximo ao Jardim Samambaia), o Ribeirão Ermida, que abastece a represa localizada na Serra do Japi, e Rio Atibaia, que é captado na Casa de Bombas situada na divisa com Itatiba e segue por adutora até desaguar no córrego Pitangal, um dos afluentes do rio Jundiá Mirim, que abastece a represa de Acumulação, no entorno do Parque da Cidade. Este último é um importante manancial usado em épocas de estiagem.



Vista aérea da Estação de Tratamento de Água-Anhangabaú - ETA-A (foto 2022)



Em relação ao esgoto do município, a DAE Jundiaí é responsável por sua coleta e afastamento e o seu tratamento é feito sob a forma de concessão pela Companhia Saneamento de Jundiaí (CSJ) que, em 1996, venceu a concorrência pública para a construção da Estação de Tratamento de Esgoto de Jundiaí (ETEJ), inaugurada em setembro de 1998. Depois dessa construção, a água resultante do tratamento do esgoto passou a ser lançada no Rio Jundiaí com menor impacto ao meio ambiente: o tratamento tem 95% de eficiência (dezembro de 2021) além do lodo gerado na estação ser tratado pelo sistema de compostagem, resultando em adubo registrado junto ao Ministério da Agri-

cultura, Pecuária e Abastecimento e, já totalmente higienizado, aplicado na agricultura de cana-de-açúcar e eucalipto, em projetos localizados em áreas legalmente autorizadas.

98% do município é atendido com coleta, afastamento e tratamento de esgoto. Os outros 2% estão concentrados na zona rural, que começou a ser atendida em 2012/2013, com a inauguração de duas estações de Tratamento de Esgoto (São José e Fernandes). Com o funcionamento dessas estações, a DAE ampliou o atendimento levando o benefício também à população da zona rural, onde predominavam fossas sépticas.

**Atualmente, o sistema de saneamento da cidade é reconhecido como um dos melhores do país pelo Instituto Trata Brasil, uma vez que quase 100% dos domicílios da zona urbana são atendidos por rede de esgoto (99,5%) e água tratada (99,7%).<sup>2</sup>**

2. Ranking do Saneamento, Instituto Trata Brasil 2022 (SNIS 2020).

### 2.2.1. Cadeia de fornecedores [102-9]

A cadeia de fornecedores da empresa abrange os seguintes serviços:

- Obras e serviços de engenharia;
- Fornecimento de produtos químicos relacionados ao tratamento de água e análises laboratoriais;
- Fornecimento de tubos e conexões em diâmetros diversos, de hidrômetros materiais relacionados à sua aplicação em diâmetros diversos;
- Fornecimento de materiais para construção civil e seus derivados;
- Fornecimento de licenças de software e hardware;
- Fornecimento de materiais de escritório;
- Serviços de assistência médica/hospitalar;
- Locação de veículos pesados, máquinas e equipamentos;
- Locação de veículos leves;
- Prestação de serviços relacionados ao atendimento ao cliente;
- Serviços de vigilância patrimonial, limpeza e jardinagem;
- Serviços de fornecimento de refeições.

Dutos da Casa de Bombas - Rio Jundiaí-Mirim

## 2.3. Inovação e tecnologia

De mãos dadas, inovação e tecnologia mantiveram-se, como sempre, as grandes parceiras da DAE Jundiaí neste biênio, contribuindo em importantes avanços nas áreas de pesquisa, desenvolvimento, educação socioambiental, recuperação e preservação de áreas, apesar dos desafios enfrentados, em especial os causados pela pandemia da Covid-19. Seguem alguns destaques:

- Levantamento do planialtimétrico cadastral iniciado em 2020 visando a elaboração dos projetos executivos de extensão de interceptor, rede coletora de esgoto, redes de distribuição de água e adutoras;
- Levantamento de disponibilidade hídrica de mananciais aptos a reforçar a operação de abastecimento na cidade com sustentabilidade;
- Realização de pesquisa acústica de vazamentos não visíveis ("caça vazamentos") da rede de água em todas as ruas do município cobertas pela empresa, incluindo bairros e condomínios;
- Uso de tecnologia de televisamento para verificar as condições da rede de esgoto da cidade, permitindo a análise do estado interno das tubulações e contribuindo para a definição de procedimentos a serem adotados para a solução de problemas;
- Instalação de macromedidores, válvulas redutoras de pressão e construção de booster, dando início aos trabalhos de setorização das redes de água na cidade;
- Iniciados projetos de restauração de áreas através do plantio de 12 mil mudas de espécies de árvores nativas em propriedades rurais localizadas na Bacia do rio Jundiaí Mirim visando a restauração de áreas degradadas e recuperação de áreas de preservação permanente às margens de rios sendo a captação destas áreas juntamente ao Programa Nascentes Jundiaí, parceria entre a DAE Jundiaí, ONG The Nature Conservancy (TNC), a Agência de Bacias PCJ, a AMBEV, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) e a Prefeitura Municipal de Jundiaí-UGAAT (Unidade de Gestão de Agricultura, Abastecimento e Turismo);
- Início das obras para a implantação do primeiro parque linear de Jundiaí ao longo de trecho do rio Jundiaí-Mirim, entorno das represas de Acumulação e Captação, e a interligação entre o Parque da Cidade e o Mundo das Crianças, com foco em preservação agregada à área de lazer para a população.

Pórtico de entrada do Parque da Cidade





Banco de imagem: Freepik

## 3. ÉTICA, TRANSPARÊNCIA E BOA GOVERNANÇA NOS NEGÓCIOS

Transparência, gestão eficiente e regulamentação do direito constitucional de acesso às informações públicas são os principais objetivos da DAE Jundiaí no que diz respeito à sua governança corporativa que, ano a ano, evolui no sentido do seu aprimoramento, reforçando seus sólidos pilares.

Vários documentos reguladores e orientações integram esse sistema de governança e, entre eles, destacam-se o Regimento Interno, o **Código de Conduta e**

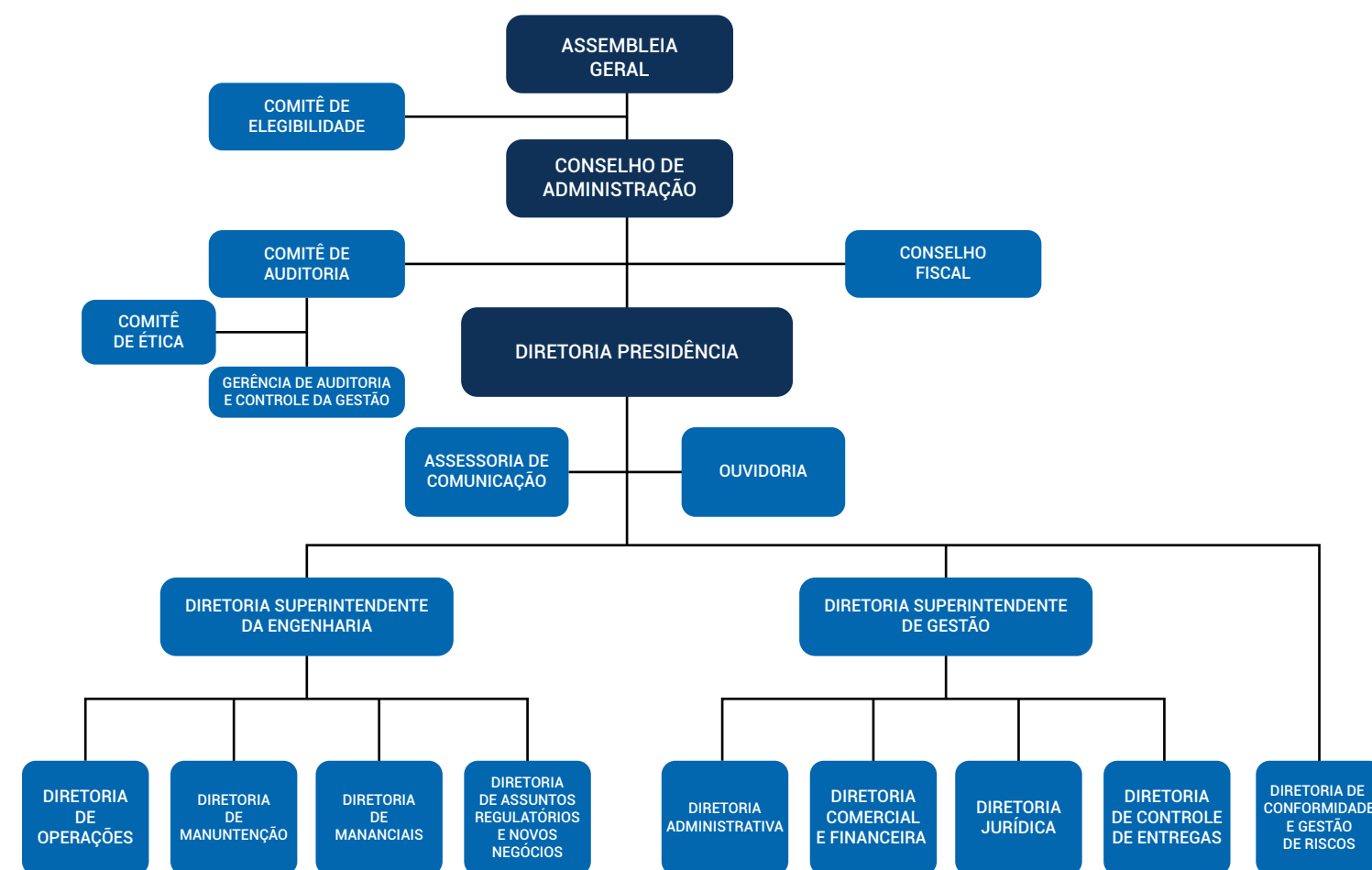
**Integridade**, o Portal da Transparência, o **Comitê de Auditoria**, as ações de Compliance e, também, o Relatório de Sustentabilidade GRI.

No final de 2021, foi emitida a primeira edição da **Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa**, assinada pelo Conselho de Administração e que apresenta uma análise ética e transparente das atividades da empresa, neste caso abrangendo os exercícios de 2021 e a projeção para 2022.

### 3.1. Estrutura de governança [102-18]

A Assembleia Geral é o órgão máximo da DAE Jundiaí e possui poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao objeto da empresa. É convocada pelo Conselho de Administração ou, nas

hipóteses admitidas em lei, pela Diretoria, Conselho Fiscal ou os acionistas. O Conselho de Administração e a Diretoria administram a empresa.



### Conselho de Administração em 2022

- Eduardo Santos Palhares
- Fernando Ungaro
- Luisa Cóstola Albuquerque
- Messias Mercadante de Castro
- Rachel Dreher
- Wagner Vieira Chachá
- Walter da Costa e Silva Filho

### Diretoria em 2022

- Diretor-presidente: Walter da Costa e Silva Filho
- Diretor-superintendente de Gestão: Evandro Biancarelli
- Diretor-superintendente de Engenharia: Valter Maia
- Diretora Administrativa: Claudia Santos Fagundes
- Diretor Comercial e Financeiro: Benedito Pedro de Almeida Nogueira
- Diretora de Conformidade e Gestão de Riscos: Helen Cappelletti de Lima
- Diretor de Controle de Entregas: James Cesar Carrion
- Diretor Jurídico: Célio Okumura Fernandes
- Diretor de Mananciais: Martim de França Silveira Ribeiro
- Diretor de Manutenção: João José Viveiros
- Diretor de Operações: Rogério Bini Santiago
- Diretor de Assuntos Regulatórios e Novos Negócios: Ingrid Grazielle Reis do Nascimento

## 3.2. Ética e transparência [102-16]

Princípio fundamental em uma conduta profissional coerente e digna, Ética e Transparência compõem um dos seis pilares de **Valores** que norteiam as ações da DAE Jundiaí, conforme o destaque a seguir:

### Nossos Valores

Foco no Cliente, Valorização e Crescimento Profissional, Modernidade e Inovação, Comprometimento com a Eficácia, Ética e Transparência, Responsabilidade Socioambiental.



### Missão

Alcançar a excelência na prestação de serviços, garantindo sua universalização e a satisfação da sociedade, revertendo os resultados em saneamento, proteção aos mananciais e ao meio ambiente.



### Visão

Ser reconhecida nacionalmente como uma empresa eficiente na prestação de serviços.

Uma **Política de Integridade** (conhecida internamente por “Política”) foi estabelecida com o objetivo de apoiar o compromisso da DAE JUNDIAÍ apontado no Código de Conduta e Integridade e que contempla, em linhas gerais, os seguintes pontos:

- Garantir o abastecimento de água atual e futuro, e os serviços prestados com qualidade;
- Atender às demandas para satisfazer as expectativas de seus clientes;
- Promover a melhoria contínua da qualidade, meio ambiente, saúde e segurança;
- Capacitar os colaboradores e investir em recursos profissionais e tecnológicos;
- Controlar a qualidade dos materiais e serviços adquiridos e/ou contratados;
- Atender às legislações vigentes e aos requisitos internos de Gestão da Qualidade;

- Prevenir e fiscalizar a poluição hídrica;
- Controlar os impactos ambientais e riscos ocupacionais da sua atividade;
- Atuar na prevenção de doenças de veiculação hídrica do abastecimento público visando à promoção da saúde e a proteção e melhoria da qualidade de vida das pessoas;
- Oferecer tecnologia da informação que garanta a segurança dos dados;
- Promover a gestão eficiente.

Todos os níveis de Direção e Gestão devem transmitir seu comprometimento com a integridade, reforçando que

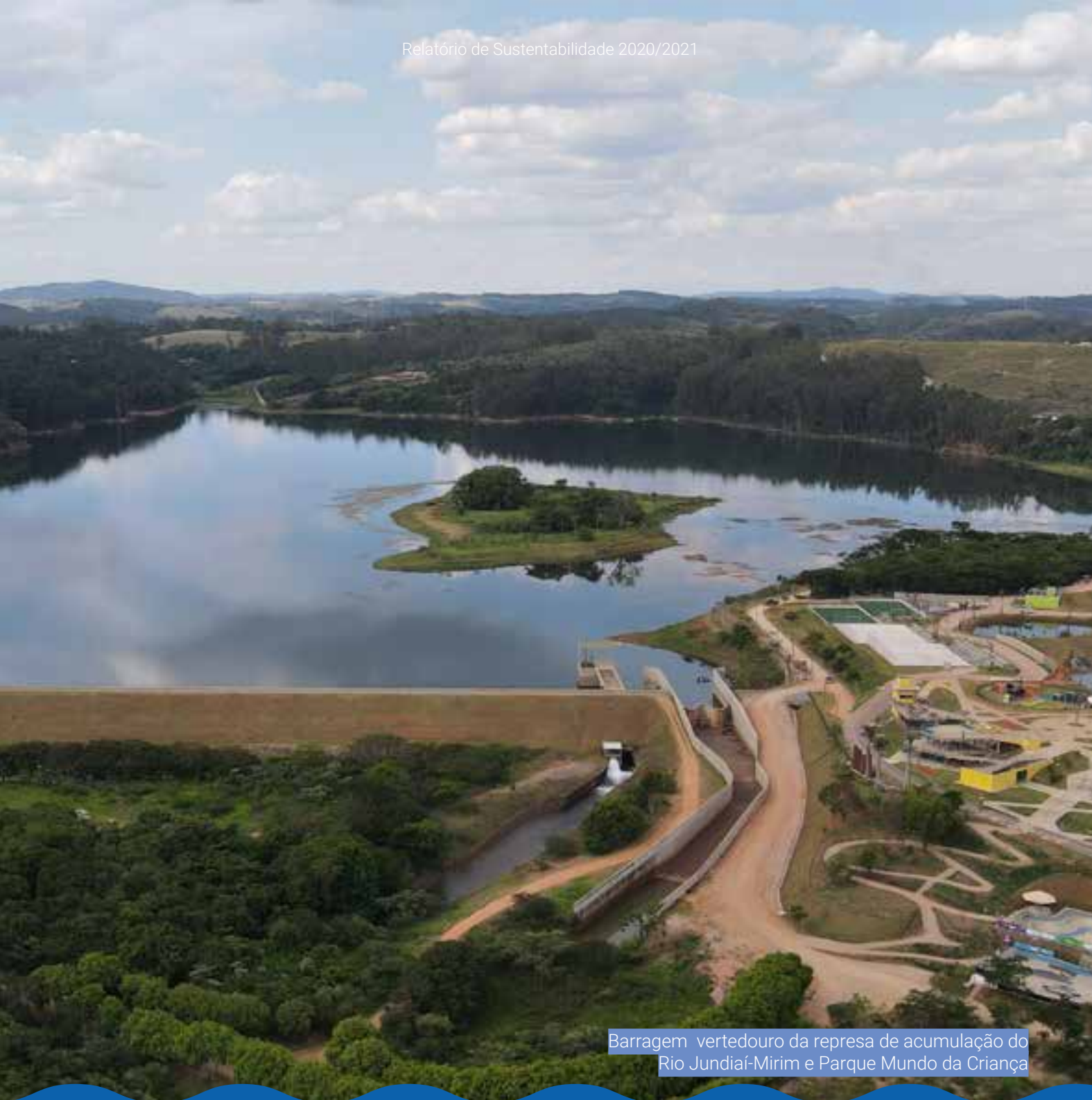
não compactuam com nenhuma prática vedada na Política da Empresa, por meio de comunicados e orientações aos seus colaboradores e terceiros quanto às suas atitudes na rotina de trabalho. [\[102-16\]](#)

Desta forma, todos os Empregados (próprios e terceiros), bem como as partes interessadas em se relacionar com

a DAE JUNDIAÍ devem observar, cumprir e fazer cumprir os termos e condições dessa Política, sem prejuízo à Lei Anticorrupção Brasileira nº 12.846 de 01/08/2013 e legislações correlatas. Além disso, este documento tem o papel de orientar e conscientizar todos que desejam se relacionar com a empresa acerca do padrão de conduta esperado.



Vista aérea da Sede Administrativa da DAE Jundiaí (foto 2022)



Barragem vertedouro da represa de acumulação do Rio Jundiá-Mirim e Parque Mundo da Criança

## 4. CUIDADOS COM O MEIO AMBIENTE

De acordo com o ranking da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES), Jundiá é reconhecida como uma das dez melhores cidades do país em saneamento, considerando os municípios com mais de 300 mil habitantes<sup>3</sup>, o que reforça o conhecido protagonismo da sua administração na oferta de serviços de qualidade relacionados ao fornecimento de água e coleta de esgoto e, em consequência, à gestão positiva do meio ambiente de todo o entorno.

A criação do DAE (Departamento de Águas e Esgotos), em 1969, foi um grande impulso na área de saneamento básico. No mesmo ano foi inaugurada a Estação de Tratamento de Água (ETA-A) no local do primeiro reservatório, no bairro do Anhangabaú. Na época, a capacidade para tratar água era de cerca de 900 litros por segundo. Registros históricos comprovam que já na metade do século 19 Jundiá ocupava uma posição de destaque entre as primeiras cidades brasileiras a se preocupar com saneamento básico e a empreender obras de serviços de água e esgoto nesta área. Naquela época, as autoridades municipais discu-

tiam a necessidade de criar um sistema de afastamento dos resíduos sanitários e, ao mesmo tempo, trazer água limpa para consumo diretamente dos mananciais da Serra do Japi, formação com até 1.200 metros de altitude.

Em 1999, por meio da lei municipal nº 5.307/99, concomitantemente às mudanças geradas pela instalação da ETE Jundiá, foi criada a empresa de economia mista DAE S/A Água e Esgoto, pertencente à Prefeitura de Jundiá para a gestão do sistema de tratamento de água e coleta de esgoto, ou seja, a DAE deixou de ser um departamento da cidade e tornou-se uma empresa de economia mista.

Citado em outras ocasiões neste relatório, o saneamento universalizado da cidade, com 99,07% da população atendida com redes de água e 98,23% com redes de esgoto<sup>4</sup>, destaca o município em segurança hídrica, tratamento de esgoto e proteção dos mananciais de abastecimento.

3. [https://www.abes-dn.org.br/wp-content/uploads/2021/06/Ranking\\_2021\\_1917\\_7](https://www.abes-dn.org.br/wp-content/uploads/2021/06/Ranking_2021_1917_7)

4. Dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento/Snis

## Cobertura geográfica



Regulados pela Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (ARES-PCJ) desde 2014, os serviços prestados pela DAE seguem o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), implantado em 2017 de acordo com as orientações da Lei Federal nº 11.445/2007.

A partir do PMSB, a DAE entregou à cidade, em 2020, o seu Plano Municipal de Recursos Hídricos (PMRH)<sup>5</sup>, com abrangência de 20 anos e norteador do desenvolvimento e gestão ambiental da cidade.

O PMRH contempla cinco eixos: disponibilidade hídrica, uso e ocupação do solo, bacias hidrográficas, mananciais atuais e potenciais e realidade social.

Como reforço de preservação do entorno da sua principal represa (Parque da Cidade, com 500 mil m<sup>2</sup> que une lazer e proteção ambiental, construído em 2004), em 2020, a DAE ofereceu à cidade o Mundo das Crianças, espaço de 170 mil m<sup>2</sup> de área para diversão e vivências interativas com a natureza (ver mais em Investimento Social Privado, pág. 60).

5. Resumo Executivo disponível em <https://dae.iundiai.com.br/pmrh>

#### 4.1. Gestão do meio ambiente

A construção do Parque da Cidade em 2004 e do Mundo das Crianças em 2020 são exemplos de como a empresa procura manter as condições de equilíbrio com o meio ambiente e de conservação da qualidade das águas da represa de Acumulação. Além disso, esses parques foram criados como medida de precaução para impedir a ocupação irregular das áreas ciliares às margens da represa.

O Setor de Proteção de Mananciais da DAE atua na fiscalização de todas as áreas de mananciais visando a qualidade dos recursos hídricos do munici-

cípio. O trabalho segue a Lei municipal 2.405/1980, uma das pioneiras na conservação do meio ambiente no Brasil que disciplina o uso do solo para proteção das coleções de água e demais recursos hídricos de interesse do município. A fiscalização percorre os locais em busca de vazamentos de esgoto, fossas e atividades irregulares, além de construções e parcelamentos de solo em desacordo com a lei. A DAE também deve ser consultada em casos de pedido de certidão de uso e ocupação do solo e ocupação do solo em todos os territórios das bacias de abastecimento. [102-11]



Ponte no Jardim Japonês no Parque da Cidade



Vista aérea da Estação de  
Tratamento de Esgoto de Jundiaí-ETEJ

#### 4.1.1 Participação em Associações e programas municipais [102-13]

A DAE Jundiaí é dinâmica em suas participações que buscam o envolvimento com a sociedade à busca de uma boa gestão ambiental e de recursos hídricos. A empresa possui representantes institucionais em vários grupos de discussão e de decisão em saneamento básico e é integrante de câmaras técnicas responsáveis pelo planejamento de longo prazo para uso compartilhado dos recursos hídricos e a preservação dos mananciais nas bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí-PCJ.

- Conselho de Fiscalização da Concessão de Serviços de Tratamento de Esgoto
- Conselho de Regulação e Fiscalização do Município de Jundiaí
- Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente-Comdema
- Conselho Municipal de Políticas Territoriais
- Agência Reguladora ARES-PCJ
- Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí
- Câmara Técnica de Saneamento, de Águas Subterrâneas e de Uso e Conservação da Água na Indústria – Comitês PCJ
- Câmaras de Recursos Naturais – Comitê PCJ
- Câmara Técnica de Outorgas e Licenças – Comitê PCJ
- Câmara de Monitoramento Hidrológico – Comitê PCJ
- Câmara Técnica de Plano de Bacias – Comitê PCJ
- Câmara Técnica de Educação Ambiental – Comitê PCJ
- Consórcio Intermunicipal das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí
- Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento – Assemae
- Programa Nascentes Jundiaí
- Comitê Municipal de Ações Preventivas à Crise Hídrica.

## 4.2. Gestão de recursos hídricos e biodiversidade

### 4.2.1. Atenção à gestão de recursos hídricos [103 | 303]

Dentre as principais iniciativas da DAE Jundiaí relacionadas à água e efluentes estão as ações de Fiscalização dos Mananciais, o Plano de Segurança das Barragens, o Estudo Hidrológico e o Estudo de Concepção para captação de água para abastecimento público.

No biênio 2020-2021, destacam-se a elaboração de estudo e projeto para retrofit da ETE Jundiaí para atendimento às metas estabelecidas pelo Plano de Bacias PCJ 2020-2035, a implantação de abrigo de amostragem para monitoramento das empresas de maior impacto de lançamento e tratamento de efluentes na ETEJ e o estudo para alternativas de tecnologia de tratamento da ETE São José visando aumento de capacidade e performance.

A partir de reformas e melhorias técnicas na ETA Anhangabaú (atualmente, a principal ETA de Jundiaí), a possibilidade da capacidade de tratamento passou de 1.800 l/s para 2.400 l/s, sendo responsável pelo tratamento de 98% da água servida em Jundiaí. Na mesma ETA, em 2020 ocorreu a construção de um reservatório de 10.000 m³, passando de

21.000 m³ para 31.000 m³ de capacidade de reservação de água tratada.

Além do novo reservatório da ETA-A, mais quatro novos reservatórios passaram a integrar a operação de abastecimento da DAE, ampliando a autonomia no fornecimento de água de seis para dez horas na cidade. Nesse biênio foram entregues os reservatórios no Cecap, FazGran, Jardim Carlos Gomes e o R-13 (no Distrito Industrial) foi recuperado.

A represa da Serra do Japi, que faz parte do sistema da ETA Eloy Chaves, foi desassoreada e a estação de tratamento recebeu dois novos tanques de 1.000 l e 1.500 l para armazenamento de produtos químicos.

No Poço Pacaembu foram instalados novos analisadores de processo em caixa climatizada e novos tanques de 1.500 l para armazenamento de produtos químicos.

Com o objetivo de atingir a universalização do saneamento, as regiões ainda não atendidas pela DAE Jundiaí receberão a implantação de redes de água e esgoto e fossas sépticas.

4.2.2. Políticas para águas e efluentes

Vinculadas à sua Missão, Visão e Valores, as políticas internas da DAE Jundiaí que abordam a qualidade do abastecimento de água atual e futuro estão de acordo com a Portaria GM/MS nº 888, de 04 de maio de 2021, que estabelece as diretrizes da qualidade da água para consumo humano, e as diretivas do CONAMA 357/2005 para controle das águas dos mananciais para abastecimento público. A responsabilidade socioambiental no lançamento de efluentes domésticos

pelas Estações de Tratamento de Esgoto (ETE) atua na prevenção e fiscalização da poluição hídrica e está de acordo com o Decreto nº 8.468 de 1979 que dispõe sobre o controle da poluição do meio ambiente; com a Resolução CONAMA 357/05, que dispõe sobre classe dos corpos hídricos e padrões de lançamento; a Lei Municipal nº 2.405/1980; o Plano Diretor 9.321/2019; o Plano de Saneamento Básico e o Plano de Bacias PCJ 2020-2035

**A DAE Jundiaí tem a meta de ser reconhecida nacionalmente como uma empresa que preza pela excelência na prestação de serviços de saneamento em água e esgoto, atuando na prevenção de doenças de veiculação hídrica bem como destinando de forma ambientalmente correta os efluentes tratados, com foco na promoção da saúde e na melhoria da qualidade de vida das pessoas. As ações de controle de perdas resultam em tratamento de água em volume adequado à demanda, conservando, assim, os recursos hídricos."**

Plano Diretor de Perdas 2017

| Período     | Metas de Perdas Previstas (%) |
|-------------|-------------------------------|
| 2017 - 2018 | 38,1                          |
| 2019 - 2021 | 33,0                          |
| 2022 - 2024 | 30,0                          |
| 2025 - 2027 | 28,0                          |

\*atualização 2019

Destaques do biênio

- Reforma da ETA Anhangabaú com o aumento da capacidade de tratamento e a construção de um novo reservatório com aumento em 50% da reservação de água;
- Início da elaboração do Plano de Segurança da Água—previsão de conclusão em 2023, com o intuito de identificar e priorizar riscos que possam surgir em um sistema de abastecimento, desde a captação da água bruta até a água tratada;
- Conquista do selo internacional para o Laboratório de Controle de Qualidade com a certificação pela ISO/IEC 17025, o selo confirma a competência técnica, a imparcialidade e a precisão dos resultados realizados pela DAE, garantindo a qualidade da água consumida no município;
- Conclusão do estudo de disponibilidade hídrica, o qual apontou novas possibilidades de exploração de mananciais para abastecimento municipal;
- Conclusão do Plano Municipal de Recursos Hídricos e Gestão de Bacias Hidrográficas, em parceria com a Prefeitura Municipal, trouxe importantes diretrizes no que diz respeito ao uso e ocupação do solo em Jundiaí, de forma a compatibilizar a sustentabilidade hídrica;
- Construção de três reservatórios (FazGran, Carlos Gomes e CECAP) e reforma do R-13.

### 4.3. Gestão de impactos relacionados ao descarte de água [303-2]

Em relação aos padrões mínimos estabelecidos para a qualidade da descarga de efluentes e como esses padrões mínimos foram determinados, temos:

Todos os sistemas ETE (Jundiaí, São José e Fernandes) possuem requisitos legais para atendimento nas suas respectivas licenças de operação.

O perfil do corpo d'água receptor é sempre considerado por meio de estudo de

autodepuração do corpo receptor, exceto na ETE Jundiaí pois na época da sua concepção isso não era necessário pelo fato do Rio Jundiaí ser considerado à época padrão classe 4 de qualidade de corpo receptor. Em abril de 2017, o rio Jundiaí foi enquadrado de classe 4 para classe 3. Está em estudo a realização de projeto de adequação para atendimento ao Plano de Bacias PCJ 2020 a 2035.

### 4.4. Cuidados com a biodiversidade

O Município de Jundiaí insere-se em área de grande relevância ambiental, havendo na região Áreas de Proteção Ambiental que se interligam – APA Jundiaí, APA Cabreúva e APA Cajamar – com o intuito de promover, além da correta gestão dos recursos naturais, a proteção da Serra do Japi e também da sub-bacia do Rio Jundiaí-Mirim, principal manancial de abastecimento do município.

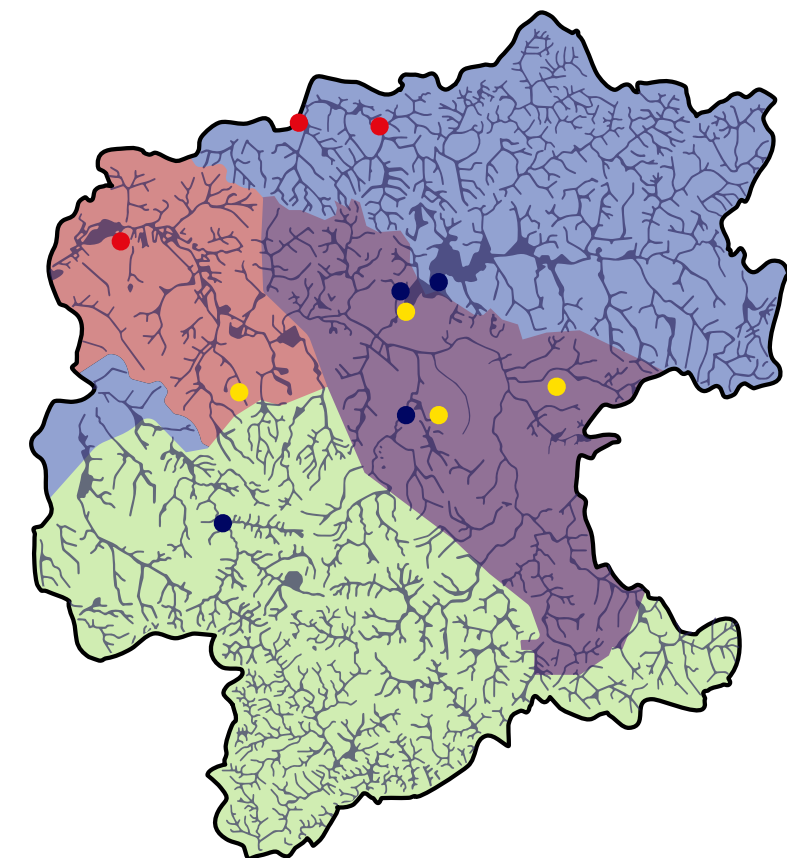
A Lei Estadual nº 4.095/1984 declarou Área de Proteção Ambiental a região urbana e rural do Município de Jundiaí, com o objetivo de evitar ou impedir o exercício de atividades causadoras de degradação da qualidade ambiental, tendo como foco principal a proteção do maciço montanhoso da Serra do Japi. Juntamente com as APA de Cabreúva e Cajamar, a APA de Jundiaí forma um contínuo de áreas protegidas que visam à proteção das nascentes dos cursos

d'água. Além disso, o Decreto Estadual nº 43.284/1998 regulamenta as leis que declaram áreas de proteção ambiental as regiões urbanas e rurais dos municípios de Cabreúva e Jundiaí (SÃO PAULO, 1994; 1998).

Complementarmente, o Plano Diretor de Jundiaí (Lei nº 8.683/2016) cria a Zona Especial de Proteção Ambiental (ZEPAM), a qual corresponde às porções do território municipal. A ZEPAM é composta por porções do território do Município que prestam relevantes serviços ambientais, destinadas à preservação e proteção de patrimônio ambiental, fragmentos de Mata Atlântica e de Cerrado, áreas de alto índice de permeabilidade, a conservação da biodiversidade, controle de processos erosivos e de inundação, produção de água e regulação microclimática e consolidação da Zona de Vida Silvestre.”

As principais unidades da DAE são situadas em áreas próprias, sendo dez unidades em Jundiaí (Sede Administrativa, Represa de Acumulação, com o Parques da Cidade e Mundo das Crianças à suas margens, Represa de Captação, Casa de Bombas do Rio Jundiaí Mirim, Represa Moisés, Represa Serra do Japi e a ETA-A, ETE São José e ETE Fernandes) e uma unidade em Itatiba (Casas de Bombas do Rio Atibaia). [304-1]

As áreas onde as principais instalações da DAE estão localizadas são bastante antigas ou foram instaladas em locais já antropizados, ou seja, cujas características originais foram alteradas de alguma forma. As ETEs são as atividades que geram maiores impactos à biodiversidade devido ao lançamento de esgoto tratado nos corpos d'água, mas que podem causar alteração à ictiofauna e às represas que transformam os ambientes lóticos em lênticos. [304-1]



#### Unidades DAE

- ETE
- ETA
- Represa
- Hidrografia

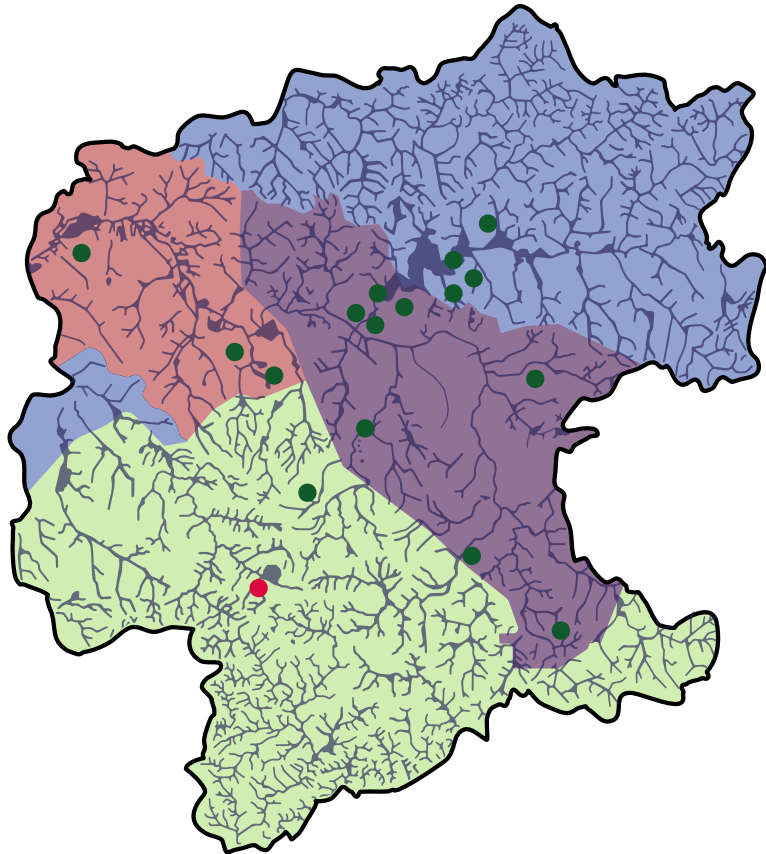
- Zona de Conservação da Vida Silvestre
- Zona de Conservação Hídrica
- Zona de Restrição Moderada
- Zona de Restrição Moderada (Área à Jusante da Área Urbanizada)

Dentre os impactos significativos de atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade, destacam-se a própria construção das redes de água e esgoto e a poluição devido ao lançamento irregular/vazamentos de esgotos nos rios pelo tratamento do esgoto gerado. [304-2]

| Impactos diretos e indiretos                      | Negativos                                                                                                                                                                                                                                         | Positivos                                                                                                                                                                                                                                                                             |
|---------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Espécies afetadas                                 | Remoção de espécies vegetais arbóreas nativas da mata Atlântica e intervenção em áreas de preservação permanente para implantação de redes de água e esgoto, pois estes são os pontos mais baixos viabilizando a coleta de esgotos por gravidade. | Captação de esgotos que podem contaminar rios impactando sua qualidade e, consequentemente, danos à biodiversidade local. Restauração de áreas degradadas como compensação ambiental das obras uma vez que realizamos a compensação em áreas 3 vezes maiores que as áreas impactadas. |
| Extensão das áreas impactadas                     | Nos anos de 2020 e 2021, houve a necessidade de remoção de 2,358 ha de fragmentos de vegetação em estágio médio para instalação de redes de esgoto nos Bairros do Champirra, Mato Dentro e Casa Branca.                                           | Para compensação destas intervenções estão sendo conduzidos 12,45 ha. Atualmente, a DAE está conduzindo 76,18 ha em processo de restauração, sendo 49,52 ha em área de manancial do município.                                                                                        |
| Duração dos impactos                              | No período de realização das obras                                                                                                                                                                                                                | As restaurações possuem impactos positivos desde o início das atividades e devem ser mantidas uma vez que são realizadas em áreas de preservação permanente e áreas rurais.                                                                                                           |
| Reversibilidade ou irreversibilidade dos impactos | São irreversíveis                                                                                                                                                                                                                                 |                                                                                                                                                                                                                                                                                       |

Os impactos negativos gerados à biodiversidade, ligados principalmente à remoção de partes de fragmentos florestais ainda são muito presentes no município, uma vez que estão intrinsecamente relacionados à implantação de redes de esgoto devido às margens dos rios serem os pontos mais baixos, viabilizando a coleta do esgoto por gravidade sem gastos de energia. Como o município de Jundiá já apresenta sua área urbana atendida por redes em praticamente sua totalidade, para a universalização dos serviços de esgotamento sanitário e distribuição de água é necessário fornecimento destes serviços às áreas mais distantes e menos urbanizadas, muitas vezes rurais, o que ocasiona a necessidade de intervenção de fragmentos florestais uma vez que estes se concentram em áreas menos urbanizadas. Consequentemente, quando há implantação de novas redes há impacto à biodiversidade, que vem sendo mitigado pelas análises de impacto à fauna e flora, bem como através da realização das compensações. Em trechos onde houve impacto mais significativo à fauna, vêm sendo implantadas travessias de fauna para mitigação de impactos.

Sobre a questão da compensação, como a DAE é uma empresa de economia mista municipal e os seus impactos ambientais se concentram no município de Jundiá, a empresa sente-se comprometida com a compensação na própria cidade, mesmo com a legislação ambiental permitindo que as restaurações sejam feitas em outros municípios. Atualmente, são 74,48 ha em processo de restauração ambiental sendo realizadas pela empresa dos quais mais de 90% estão em propriedades rurais. Outra diretriz utilizada é a de que os projetos de compensação devem estar concentrados nas áreas de manancial do município, ou seja, devem estar, preferencialmente, na bacia hidrográfica que fornece água para abastecimento do município. Recuperações ambientais desenvolvidas nas áreas de manancial possuem o objetivo de desenvolver a maior sustentabilidade hídrica do município uma vez que florestas ajudam a aumentar a permeabilidade da água da chuva no solo, além de reduzir erosões de solo que possam reduzir a disponibilidade hídrica dos rios. Hoje, 42,16% das áreas em processo de restauração sob responsabilidade da DAE estão localizadas em bacias de abastecimento do município de Jundiá.



APA Jundiá - Lei 4095/84

Áreas de Compensação Ambiental

- Preservação de Vegetação Nativa
- Restauração Ecológica

- Zona de Conservação da Vida Silvestre
- Zona de Conservação Hídrica
- Zona de Restrição Moderada
- Zona de Restrição Moderada (Área à Jusante da Área Urbanizada)

Uma das metas para os próximos anos é a redução da remoção de fragmentos florestais necessária para implantação das novas redes de esgoto. Essa meta vem sendo conquistada pelo esclarecimento à equipe de obras e engenharia sobre as espécies protegidas e a reavaliação dos projetos de interceptores de esgoto de forma a promover a preservação desses indivíduos, em especial os isolados, pelo “desvio” durante a implantação das obras.

As áreas de restauração sob gestão da DAE têm como diretriz a recuperação em regiões do município de Jundiá e devem ter o máximo de relevância ecológica tanto para a biodiversidade quanto para a conservação da água. Sob esta ótica, mais de 70% das áreas que estão em processo de restauração atendem aos requisitos.[304-3]

Habitats protegidos ou restaurados [304-3]

| Aspecto                                                                                            | Projetos e restauração– propriedades particulares em áreas de Manancial                               | Projetos e restauração– unidades ou áreas de propriedade da DAE | Projetos e restauração– áreas públicas do município | Projetos e restauração– outras áreas do município | Projeto de restauração– propriedade rural de outro município | Aquisição de áreas integralmente preservadas– reserva da Biosfera |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------|---------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------|
| Localização da área de habitat                                                                     | Mata Atlântica, floresta estacional semidecidual                                                      | Mata Atlântica, floresta estacional semidecidual                | Mata Atlântica, floresta estacional semidecidual    | Mata Atlântica, floresta estacional semidecidual  | Mata Atlântica, floresta estacional semidecidual             | Mata Atlântica, floresta estacional semidecidual                  |
| Tamanho da área de habitat (km²)                                                                   | 7,14 ha                                                                                               | 38,45 ha                                                        | 1,23 ha                                             | 6,92 ha                                           | 11,8 ha                                                      | 45,87 ha                                                          |
| Aprovação por especialistas externos independentes                                                 | Projetos aprovados pelo órgão licenciador                                                             |                                                                 | Houve acompanhamento do ministério público          | Não                                               | Não são projetos aprovados por especialistas externos        | Áreas integralmente preservadas                                   |
| Parcerias com terceiros para proteger / restaurar áreas de habitat diferentes das já implementadas | Compromisso firmado com o órgão licenciador e parceria com a prefeitura pelo projeto Nascentes Jundiá | Compromisso firmado juntamente ao órgão licenciador             | Ministério Público                                  | Compromisso firmado com o órgão licenciador       | Compromisso firmado com o órgão licenciador                  | Compromisso firmado com o órgão licenciador                       |
| Status de cada área com base na sua condição no final do período coberto pelo relatório            | Em processo de restauração                                                                            |                                                                 | Concluído                                           | –                                                 | Projeto elaborado. Previsão de início do plantio em 2023     | Já integralmente vegetadas                                        |
| Normas adotadas                                                                                    | SMA 32/2014                                                                                           | SMA 32/2014                                                     | SMA 08/2008                                         | SMA 08/2008                                       | SMA 32/2014                                                  | -                                                                 |

Vale citar que, no biênio, somente nos laudos realizados nos anos de 2021 foram detectadas espécies incluídas na Lista Vermelha da IUCN ou listas nacionais de conservação (foram duas espécies consideradas 'vulneráveis' e duas consideradas como 'quase ameaçadas'). Estes laudos foram realizados com vistas às obras de implantação de interceptor de esgotos previstos para 2022 e 2023. A primeira obra que mostrou a possibilidade de impacto sobre a fauna foi a implantação de redes de água e esgoto na zona norte do município (Mato Dentro, Champirra, Vivenda, etc.), áreas essencialmente rurais e que, conseqüentemente, apresentam mais quantidade de fragmentos florestais preservados. Todo o sistema foi licenciado em 2019 e implantado em 2021.

Apesar de laudos e análise do órgão ambiental apontarem que a implantação do interceptor de esgotos no bairro Casa Branca não causaria impactos significativos na fauna local, a DAE, em acordo firmado com uma ONG de proteção de animais silvestres instalada na região e com o Ministério Público, instalou passagens aéreas de fauna, cercou avenidas para impedir travessia animal em locais de grande circulação, intercalou os locais de supressão de vegetação e disponibilizou recursos para a adequação de recintos e para transporte adequado nos casos de necessidade de remoção de alguns animais. Não houve registro de nenhum acidente ou incidente com a fauna de vida livre ou de cativeiro. [304-4]

#### 4.5. Estratégia climática e gestão de emissões de gases do efeito estufa [103 | 305]

Embora a empresa ainda não possua política interna associada às temáticas das mudanças climáticas, o tema está intrinsecamente associado à missão, valores e política da empresa, e na conseqüente busca de novos processos e soluções sustentáveis para as suas operações, identificando oportunidades por meio do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) e da geração de créditos de carbono, de preservação do meio ambiente e dos recursos naturais. A elaboração dessa política é objetivo para 2022.

Mesmo sem uma política interna, o tema sempre fez parte dos principais compromissos e metas da empresa e refletindo

em ações, como por exemplo, a renovação da frota veicular, o aumento da eficiência energética e a recuperação das áreas degradadas pelo reflorestamento.

Em termos de gestão de emissões de GEE de escopos 1 e 2, a DAE está atuando no caminho de contabilizar as emissões por unidade operacional e criar indicadores para identificar novas fontes de emissão de gases de efeito estufa (GEE) além de determinar as principais fontes e criar programas de monitoramento e redução e/ou neutralização das emissões, com definição de metas. Veja a seguir os estudos comparativos realizados<sup>6</sup>

Represa da Serra do Japi  
(Ribeirão Ermida)

6. Escopo1: O cálculo das emissões diretas de combustão estacionária e móvel foi baseado na quantidade por tipo de combustível (diesel, etanol e gasolina) consumida nos anos de 2019, 2020 e 2021.

Escopo 2: Utilizada a abordagem baseada na localização.

Nas ETEs que a DAE possui controle da operação, os efluentes são tratados por processos aeróbicos, portanto o potencial de emissões de CH<sub>4</sub> e N<sub>2</sub>O é nulo ou insignificante e por isso não foram considerados.

Para a intensidade de emissões definiu-se como denominador o volume de água distribuída anualmente (m<sup>3</sup>), visto que essa é a principal atividade operada pela DAE.

Evolução das emissões diretas (Escopo 1) de gases de efeito estufa (GEE) nos últimos três anos [305-1]

| ESCOPO 1                                                                                                                                                                                       |        |        |        |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|--------|--------|
| Emissões diretas de gases de efeito estufa (tCO <sub>2</sub> equivalente)                                                                                                                      | 2019 * | 2020   | 2021   |
| Combustão estacionária para geração de eletricidade, calor ou vapor resultantes da queima de combustíveis em fontes fixas como caldeiras, fornos e turbinas e de outros processos de combustão | 17,21  | 19,31  | 17,20  |
| Combustão móvel para queima de combustíveis em fontes móveis de combustão pertencentes ou controladas pela empresa, como caminhões, trens, navios, aviões, ônibus, carros                      | 233,58 | 153,39 | 123,27 |
| Total                                                                                                                                                                                          | 250,79 | 172,69 | 140,48 |
| Emissões biogênicas (tCO <sub>2</sub> equivalente)                                                                                                                                             | 163,22 | 129,34 | 133,86 |

\*2019–Início do acompanhamento das emissões de GEE, com base no Programa Brasileiro GHC Protocol a partir da consolidação de controle operacional. Nos cálculos foram considerados os seguintes gases: CO<sub>2</sub>, CH<sub>4</sub>, e N<sub>2</sub>O.

Evolução das emissões indiretas (Escopo 2) de gases de efeito estufa (GEE) provenientes da aquisição de energia [305-2]

| Emissões indiretas proveniente da aquisição de energia (tCO <sub>2</sub> equivalente) | 2019     | 2020     | 2021     |
|---------------------------------------------------------------------------------------|----------|----------|----------|
|                                                                                       | 3.018,45 | 3.161,90 | 6.651,35 |

\*Na análise foi considerado o CO<sub>2</sub>

Intensidade de emissões de gases de efeito estufa [305-4]

| Intensidade de emissões de gases de efeito estufa                                               | 2019       | 2020       | 2021       |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|------------|------------|
| Emissões escopos 1 e 2 (tCO <sub>2</sub> equivalente)                                           | 3.269,23   | 3.334,59   | 6.791,82   |
| Volume de água distribuída (m³)                                                                 | 49.394.587 | 50.293.572 | 49.301.116 |
| Intensidade de emissões de gases de efeito estufa (tCO <sub>2</sub> eq./m³ de água distribuída) | 0,000066   | 0,000066   | 0,000138   |

O resultado desse estudo inicial foi de que a fonte principal de emissão de GEE da DAE corresponde à aquisição de energia elétrica. O consumo total de energia elétrica em 2021 (187.968 GJ) teve um aumento de aproximadamente 6,64% em relação a 2020 (176.264 GJ), no entanto a emissão de carbono equivalente aumentou em aproximadamente 110,36%. O aumento das emissões de GEE em 2021 é, em grande parte, consequência do aumento do fator de emissão

de CO<sub>2</sub> pela geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional (SIN).

Pelo fato de iniciar a contabilização somente em 2021, a DAE Jundiaí ainda não definiu metas para a redução de emissões de GEE. Com base nos registros de consumo de combustíveis e energia elétrica foi possível calcular as emissões dos anos anteriores (2019 e 2020). Agora, após análise dos resultados obtidos, a DAE pretende definir suas metas para os próximos anos.

Observações

Para os anos de 2019 a 2021 não foram incluídas as emissões fugitivas e processos industriais, pois a DAE não possui os dados suficientes para estimativa dos valores. Por ser de caráter opcional, a DAE não considerou as emissões classificadas como Escopo 3. [305-3]



4.6. Eficiência energética das operações [103 | 302]

Em 2018 a DAE iniciou a participação no Projeto de Eficiência Energética em Sistemas de Abastecimento (ProEESA) organizado pela Agência Reguladora ARES-PCJ. O ProEESA foi realizado pelos governos do Brasil e da Alemanha, por meio da Secretaria Nacional de Saneamento do Ministério do Desenvolvimento Regional (antigo Ministério das Cidades) e da Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ). Em 2019, a equipe da DAE desenvolveu o Plano de Gestão de Perdas de Água e Energia no qual foram definidos três projetos para atuar na temática energia elétrica:

- Projeto 1: Gerenciamento dos contratos e faturas de energia elétrica.
- Projeto 2: Operação eficiente dos sistemas instalados.
- Projeto 3: Avaliação e reengenharia de sistemas hidráulicos e eletromecânicos

O Plano de Gestão de Perdas de Água e Energia da DAE é o norteador para as ações da empresa com o objetivo de obter maior eficiência energética, sustentabilidade econômica e financeira, uso eficiente dos recursos naturais, melhoria contínua dos processos e, ainda, redução de custos.

Atualmente a Estação Elevatória de Água Bruta–Jundiaí Mirim possui contrato no mercado livre de energia elétrica. Até 2019, 50% da energia contratada era incentivada, ou seja, proveniente de fontes renováveis. O contrato atual (2020 a 2022) é de energia convencional e para 2023 e 2024 já está previsto o contrato de 50% de energia incentivada. A adesão ao mercado livre permite a aquisição de energia por tarifas mais vantajosas, permitindo redução dos custos.



Vista aérea da Casa de Bombas e represa de captação do Rio Jundiaí-Mirim

Consumo de energia dentro da organização<sup>7</sup> [302-1]

| Consumo de combustíveis de fontes renováveis     | Unidade de medida | 2019       | 2020       | 2021       |
|--------------------------------------------------|-------------------|------------|------------|------------|
| Etanol                                           | GJ                | 1.964,40   | 1.577,01   | 1.700,92   |
| TOTAL                                            | GJ                | 1.964,40   | 1.577,01   | 1.700,92   |
| Consumo de combustíveis de fontes não-renováveis | Unidade de medida | 2019       | 2020       | 2021       |
| Diesel                                           | GJ                | 3.460,87   | 2.426,61   | 1.930,73   |
| Gasolina                                         | GJ                | 355,23     | 221,23     | 225,37     |
| TOTAL                                            | GJ                | 3.816,10   | 2.647,84   | 2.156,10   |
| Energia consumida                                | Unidade de medida | 2019       | 2020       | 2021       |
| Eletricidade                                     | GJ                | 140.961    | 176.264    | 187.968    |
| Aquecimento                                      | GJ                | NA         | NA         | NA         |
| Refrigeração                                     | GJ                | NA         | NA         | NA         |
| Vapor                                            | GJ                | NA         | NA         | NA         |
| TOTAL                                            | GJ                | 140.960,61 | 176.264,32 | 187.967,85 |
| Energia vendida                                  | Unidade de medida | 2019       | 2020       | 2021       |
| Eletricidade                                     | GJ                | NA         | NA         | NA         |
| Aquecimento                                      | GJ                | NA         | NA         | NA         |
| Refrigeração                                     | GJ                | NA         | NA         | NA         |
| Vapor                                            | GJ                | NA         | NA         | NA         |
| TOTAL                                            | GJ                | 0,00       | 0,00       | 0,00       |
| Total de energia consumida (em GJ)               | 2019              | 2020       | 2021       |            |
| Combustíveis de fontes renováveis                | GJ                | 1.964,40   | 1.577,01   | 1.700,92   |
| Combustíveis de fontes não-renováveis            | GJ                | 3.816,10   | 2.647,84   | 2.156,10   |
| Energia consumida                                | GJ                | 140.960,61 | 176.264,32 | 187.967,85 |
| Energia vendida                                  | GJ                | 0,00       | 0,00       | 0,00       |
| TOTAL                                            | GJ                | 146.741,11 | 180.489,17 | 191.824,87 |

7. A quantificação da energia gerada pelo consumo de combustíveis foi calculada pela fórmula: Energia gerada (GJ) = Quantidade de combustível consumido (m³) x Fator de conversão (GJ/m³).

Foram utilizados os fatores de conversão apresentados no Anexo VIII, Tabela VIII.7–Coeficientes de Equivalência Médios para os Combustíveis Líquidos do Balanço Energético Nacional 2021: Ano base 2020 elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Coeficientes: diesel (35,50 GJ/m³), gasolina (32,24 GJ/m³), etanol hidratado (21,35 GJ/m³).

Em períodos de estiagem, a DAE realiza captação de água do Rio Atibaia até um afluente do Rio Jundiá Mirim. Essa operação impacta fortemente no consumo de energia elétrica e consequentemente no indicador de intensidade energética. Em 2019, o consumo de energia da Estação Elevatória do Rio Atibaia consumiu 6,03 milhões de kWh e em 2021 o consumo foi de 18,58 milhões de kWh.

Intensidade energética [302-3]

| Intensidade energética*                             | 2019       | 2020       | 2021       |
|-----------------------------------------------------|------------|------------|------------|
| Consumo de energia dentro da organização (GJ)       | 146.741,11 | 180.489,17 | 191.824,87 |
| Volume de água distribuída (m³)                     | 49.394.587 | 50.293.572 | 49.301.116 |
| Intensidade energética (GJ/m³ de água distribuída)) | 0,0030     | 0,0036     | 0,0039     |

\*Para a intensidade de emissões definiu-se como denominador o volume de água distribuída anualmente (m³), pois essa é a principal atividade operada pela DAE.

Estação de Tratamento de Água-Eloy Chaves (ETA-E)





Banco de imagem: Freepik

## 5. VALORIZAÇÃO DAS PESSOAS

A DAE encerrou 2020 com 530 colaboradores próprios (120 mulheres e 410 homens) e 2021 com 539 (125 mulheres e 414 homens), todos alocados em Jundiá. [102-8]

Do total de 2020, 11 eram temporários (cinco homens e seis mulheres), enquanto que em 2021 não houve contratação temporária, mas aumento de nove colaboradores próprios de um ano para o outro, ou seja, aproximadamente 1,7% a mais. Os cálculos da empresa não consideram a alta governança. Nos dois anos, aproximadamente 9% do efetivo exercia jornada de trabalho de 30 ou 36 horas semanais em função do cargo ocupado. [102-8]

Estagiários e Jovens / Adolescentes Aprendizazes não são considerados efetivos da empresa e representavam 95 e 91 pessoas respectivamente em 2020 e 2021. [102-8]

### 5.1. Gestão de pessoas

A área de Recursos Humanos tem apenas o controle de colaboradores próprios, efetivos ou temporários, que são contratados via concurso público ou admitidos por contratos específicos (empregos em comissão). O RH da DAE não tem o controle do número de prestadores de serviços, pois estes estão a cargo dos gestores das áreas e não há centralização das informações. Os dados foram extraídos do sistema onde os colaboradores são cadastrados na admissão. Os dados referentes a gestores e chefes, foram conferidos pela seção que administra a contratação e o organograma da empresa.

Por se tratar de uma companhia de modelo misto, as ações da DAE Jundiá pertencem 99,9999% à Prefeitura de Jundiá e 0,0001% a acionistas privados repre-

sentados por Conselheiros indicados pelo Acionista Controlador e Conselheiros Independentes.

Na DAE, quando a admissão é realizada por meio de concurso público, há a previsão de cotas para pessoas com deficiência (PCD) e afrodescendentes. No entanto, a contratação depende da classificação do candidato no concurso público, não sendo possível a empresa quantificar ou selecionar candidatos de forma específica seja por raça, deficiência ou qualquer outra particularidade.

Entretanto, é possível destacar alguns dados que comprovam a tendência das contratações de colaboradores próprios:

- Em 2020, eram 530 colaboradores próprios, sendo 9 diretores, 23 gerentes, 96 chefes de unidade (dentre chefes de seção, encarregados e coordenadores) e 402 em cargo de assessoramento (colaboradores que não exercem função de liderança). No ano de 2021, houve um aumento de aproximadamente 1,6%, totalizando 539 colaboradores próprios. Desse total, os homens representam 77% e as mulheres são 23%, mesma proporção de 2020.
- Já os membros dos órgãos de Governança eram 20 em 2020 e passaram a 22 em 2021 ficando com a composição: três no Conselho Fiscal, três no Comitê de Auditoria, três no Comitê de Elegibilidade, cinco no Comitê de Ética e oito acionistas, sendo a Prefeitura Municipal de Jundiá e mais sete pessoas físicas que também são membros no Conselho de Administração (ver detalhes de gênero na planilha detalhada).

**Número de colaboradores próprios, por categoria funcional e gênero  
(não inclui alta governança)**

| Categoria funcional | 2019       |            |            | 2020       |            |            | 2021       |            |            |
|---------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
|                     | Mulheres   | Homens     | Total      | Mulheres   | Homens     | Total      | Mulheres   | Homens     | Total      |
| Diretores           | 2          | 9          | 11         | 2          | 7          | 9          | 2          | 8          | 10         |
| Gerentes            | 5          | 15         | 20         | 8          | 15         | 23         | 9          | 13         | 22         |
| Chefia de unidade   | 35         | 59         | 94         | 33         | 63         | 96         | 34         | 68         | 102        |
| Assessoramento      | 76         | 334        | 410        | 77         | 325        | 402        | 80         | 325        | 405        |
| <b>Total</b>        | <b>118</b> | <b>417</b> | <b>535</b> | <b>120</b> | <b>410</b> | <b>530</b> | <b>125</b> | <b>414</b> | <b>539</b> |

**Número de membros dos órgãos de governança, por gênero\***

| Categoria funcional                        | 2019     |           |           | 2020     |           |           | 2021     |           |           |
|--------------------------------------------|----------|-----------|-----------|----------|-----------|-----------|----------|-----------|-----------|
|                                            | Mulheres | Homens    | Total     | Mulheres | Homens    | Total     | Mulheres | Homens    | Total     |
| Acionistas/<br>Conselho de Administração** | 1        | 6         | 7         | 1        | 6         | 7         | 2        | 5         | 7         |
| Conselho Fiscal                            | 0        | 3         | 3         | 0        | 3         | 3         | 0        | 3         | 3         |
| Comitê de Auditoria                        | 0        | 0         | 0         | 1        | 2         | 3         | 1        | 2         | 3         |
| Comitê de Elegibilidade                    | 2        | 1         | 3         | 2        | 1         | 3         | 2        | 1         | 3         |
| Comitê de Ética                            | 1        | 2         | 3         | 1        | 2         | 3         | 3        | 2         | 5         |
| <b>Total</b>                               | <b>4</b> | <b>12</b> | <b>16</b> | <b>5</b> | <b>14</b> | <b>19</b> | <b>8</b> | <b>13</b> | <b>21</b> |

\* Não existe Conselho Consultivo na estrutura da DAE.

\*\* Na DAE, o Conselho de Administração é formado pelos próprios Acionistas, ou seja, 7 acionistas Pessoa Física + Prefeitura de Jundiá. Entretanto, a Prefeitura não está considerada na soma final apresentada na tabela acima por ser Pessoa Jurídica.

Por faixa etária, cerca de 40% dos contratados estavam acima dos 50 anos no biênio, sendo cerca de 4% abaixo dos 30 anos e o restante entre 30 e 50 anos.

**Número de colaboradores próprios, por categoria funcional e faixa etária**

| Categoria funcional | 2019              |                    |                  |            | 2020              |                    |                  |            | 2021              |                    |                  |            |
|---------------------|-------------------|--------------------|------------------|------------|-------------------|--------------------|------------------|------------|-------------------|--------------------|------------------|------------|
|                     | Abaixo de 30 anos | Entre 30 e 50 anos | Acima de 50 anos | Total      | Abaixo de 30 anos | Entre 30 e 50 anos | Acima de 50 anos | Total      | Abaixo de 30 anos | Entre 30 e 50 anos | Acima de 50 anos | Total      |
| Diretores           | 0                 | 4                  | 7                | 11         | 0                 | 4                  | 5                | 9          | 0                 | 5                  | 5                | 10         |
| Gerentes            | 1                 | 11                 | 8                | 20         | 0                 | 12                 | 11               | 23         | 0                 | 10                 | 12               | 22         |
| Chefia de unidade   | 1                 | 55                 | 38               | 94         | 1                 | 57                 | 38               | 96         | 0                 | 62                 | 40               | 102        |
| Assessoramento      | 28                | 235                | 147              | 410        | 23                | 233                | 146              | 402        | 22                | 231                | 152              | 405        |
| <b>Total</b>        | <b>30</b>         | <b>305</b>         | <b>200</b>       | <b>535</b> | <b>24</b>         | <b>306</b>         | <b>200</b>       | <b>530</b> | <b>22</b>         | <b>308</b>         | <b>209</b>       | <b>539</b> |

Não houve contratações PCD nos últimos três anos;

Houve aumento de cerca de 3% nas contratações de pardos (de 89 para 92 em 2020 e 2021, respectivamente), sendo sua presença somente em cargos de chefia de unidade e assessoramento. Esses cargos também são ocupados por negros (24 e 26 colaboradores, respectivamente). Os colaboradores de cor amarela mantiveram-se em número de nove nos dois anos.

**Número de colaboradores próprios por raça e gênero (Cargos de Diretores, Gerentes, Chefes de Unidade e Assessoramento)**

|          | 2019     |        |             | 2020     |        |             | 2021     |        |             |
|----------|----------|--------|-------------|----------|--------|-------------|----------|--------|-------------|
|          | Mulheres | Homens | Total Geral | Mulheres | Homens | Total Geral | Mulheres | Homens | Total Geral |
| Pardos   | 14       | 74     | 88          | 15       | 74     | 89          | 17       | 75     | 92          |
| Negros   | 4        | 22     | 26          | 4        | 20     | 24          | 4        | 22     | 26          |
| Branços  | 95       | 317    | 412         | 96       | 312    | 408         | 99       | 313    | 412         |
| Amarelos | 5        | 4      | 9           | 5        | 4      | 9           | 5        | 4      | 9           |

Todos os colaboradores próprios são cobertos por acordos de negociação coletiva. [102-41]

## 5.2. Investimento social privado [103 | 203]

A DAE obteve a aprovação de investimentos para a realização de obras de saneamento no município de Jundiá, com recursos oriundos do OGU (Orçamento Geral da União) ou de financiamentos via FGTS, ambos gerenciados pela Caixa Econômica Federal. Os investimentos exigem da contratante a aplicação de recursos que variam de 1% a 3% em ações socioambientais e estas ações devem ocorrer em paralelo às obras de engenharia, garantindo a compatibilidade temporal, física e financeira entre ambos. São cinco contratos trabalhados em 2020 e 2021, com soma de investimento de cerca de R\$1.640.000,00.

Esses cinco projetos tiveram seus respectivos diagnósticos e mapeamentos socioambientais concluídos e aprovados pela Caixa Econômica Federal. Encontram-se aguardando abertura de processo licitatório para a contratação de parceiro para atuação nos bairros para os eixos de mobilização, para realização das atividades projetadas na fase 2 do Projeto de Trabalho Socioambiental (PTSA) que terão por objetivo o fortalecimento social, educação ambiental e patrimonial.

Os impactos positivos esperados nos cinco projetos visam provocar mudan-

ças nas condições de vida da população, assim como na relação e condições de acesso aos serviços de saneamento. Além disso, pretende-se criar a oportunidade para abordagem de temáticas socioambientais junto às comunidades para reflexão e possíveis mudanças de comportamento, como o uso racional da água, preservação do meio ambiente, descarte correto de resíduos, bom uso da rede de esgoto etc.

Todos os projetos foram considerados como parcialmente alcançados, visto que foram realizados os diagnósticos e mapeamentos socioambientais. Porém, houve alteração na estratégia relacionada à execução das ações da fase 2, que seriam desenvolvidas na sequência ao diagnóstico, em razão da pandemia de COVID-19 e das medidas restritivas quanto aos eventos com aglomeração de pessoas, o que pode ser considerado como um impacto negativo ao causar frustração na população beneficiária quanto à expectativa da execução das obras.

A seguir os cinco projetos, investimento estimado e natureza da iniciativa [203-1]

| Projeto ou atividade                                                                                                                                                          | Investimento projetado                                                                                           |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Execução de interceptores, redes coletoras de esgoto e ligações prediais dos bairros de Roseira, Vale dos Cebrantes, Portão do Castanho, Jardim Tarantela e Bom Jardim</b> | R\$ 200.000,00 por 15 meses do PTSA.<br>A ser desenvolvido na fase 2 do PTSA com compensação ambiental / social  |
| <b>Ampliação e melhoria do sistema de esgotamento sanitário de Jundiá, nas Bacias do Rio Acima e de Mato Dentro</b>                                                           | R\$ 600.000,00 por 12 meses do PTSA.<br>A ser desenvolvido na fase 2 do PTSA, com compensação ambiental / social |
| <b>Remanejamento e reforço de adutora para atendimento do Vetor Oeste do município de Jundiá</b>                                                                              | R\$ 350.000,00<br>A ser desenvolvido na fase 2 do PTSA, com compensação ambiental / social                       |
| <b>Expansão e remanejamento de redes de água no município de Jundiá</b>                                                                                                       | R\$ 300.000,00 por 31 meses do PTSA<br>A ser desenvolvido na fase 2 do PTSA                                      |
| <b>Ampliação de reservatórios de água tratada nos bairros Ivoituruaia, Jardim do Lago e Horto Santo Antonio</b>                                                               | R\$ 190.000,00<br>A ser desenvolvido na fase 2 do PTSA                                                           |

Para o diagnóstico e mapeamento socioambiental com base nas normas da Caixa Econômica Federal, foram levantados os seguintes indicadores para os bairros beneficiados com as obras de saneamento, conforme segue: tipo de construção, tipo de moradia, gênero, faixa etária, grupo étnico-racial, escolaridade, situação de trabalho, composição familiar, presença e número de crianças

nas residências, renda familiar e per capita, chefia das famílias, presença de idosos e pessoas com deficiência nas residências, número e tipo de organizações não governamentais e equipamentos públicos nos bairros, tipo de sistema de descarte de esgoto nas residências, tipo de banheiro utilizado e ocorrência de doenças relacionadas à falta de estrutura de saneamento nas residências.

## MUNDO DAS CRIANÇAS

Importante investimento privado na área social, em dezembro de 2020, a DAE Jundiá inaugurou o Mundo das Crianças. Somando o montante de 28 milhões investidos até o momento, sendo aproximadamente R\$23 milhões em 2020 e R\$5 milhões em 2021, foi construído a partir do conceito de um espaço inovador, que estimula o contato e a interação com a natureza, o brincar e a experiência, por meio de estações de brinquedos, paredes de escalada, quadras esportivas, pista de skate, áreas verdes para lazer, cultura e aprendizagem, fontes interativas e trilhas.

Construído na extensão da área de preservação da represa que abastece a cidade de Jundiá (represas de Acumulação e Captação), o Mundo das Crianças é a concretização das concepções sobre a infância que o município vem desenvolvendo, com base em pesquisas sobre a criança e em experiências internacionais sobre as relações do ambiente urbano e o planejamento de políticas públicas. A iniciativa colocou Jundiá como o primeiro município do Estado a integrar a Rede Latino-Americana – Projeto Cidade das Crianças, e o segundo no país, logo após Boa Vista, em Roraima, assumindo o compromisso de viabilizar ações em torno da participação das crianças e das perspectivas infantis. Além disso, atende a um pedido especial dos integrantes do Comitê das Crianças do município.

O Mundo das Crianças é administrado pela DAE Jundiá, com o objetivo de garantir um espaço destinado à preservação ambiental, ao aprendizado e à diversão, com foco em crianças. Com área atual de 170 mil m<sup>2</sup>, já está prevista uma segunda fase de construção, que dará ao espaço uma área total de 500 mil m<sup>2</sup>.

Nesta primeira fase, o Mundo das Crianças conta com 170 mil metros quadrados e onde foram plantadas 13,5 mil mudas de árvores, sendo 12 mil mudas de plantas nativas e mais 1,5 mil mudas de plantas frutíferas (em três pomares) e plantas exóticas. Para a realização das obras foram também empregados 300 trabalhadores. Em fase futura, estão previstas intervenções em outros 330 mil metros quadrados de área, com matas e lagoas, o que totalizará ao espaço 500 mil metros quadrados.

As obras foram iniciadas em 2019 e o espaço foi inaugurado no dia 14 de dezembro de 2020, porém sem abertura ao público em geral, devido às restrições provocadas pela pandemia do novo coronavírus. Em 2021 foi aberto ao público e, devido ainda às restrições da pandemia, passou a ser uma das principais salas de aula a céu aberto da rede municipal de ensino, proporcionando uma experiência inovadora aos alunos.

Foguete e casa na árvore do Parque Mundo da Criança



### 5.2.1 Comunidades [103 | 413]

Pode-se considerar que os serviços prestados pela DAE, por si só, são um benefício para a comunidade atendida. Das obras de saneamento para implantação de redes de água e esgotamento sanitário, o aperfeiçoamento das redes, a troca de hidrômetros de residências e grandes consumidores aos Projetos de Trabalho Socioambiental (PTSA) desenvolvidos, tudo ocorre para o benefício do cidadão.

Por diretrizes do Ministério do Desenvolvimento Regional, o desenvolvimento do trabalho socioambiental se faz necessário sempre que um empreendimento de saneamento provocar mudanças nas condições de vida da população, assim como na relação e condições de acesso das pessoas aos serviços de saneamento, permitindo a abordagem socioambiental.

A atuação da DAE junto às comunidades locais tem as seguintes metas e compromissos:

- O estímulo ao exercício da participação cidadã e do controle social; formação de entidades representativas dos beneficiários;
- A intersetorialidade na abordagem do PTSA;
- A disponibilização de informações sobre as políticas de proteção social;
- A articulação com outras políticas públicas de inclusão social;

- O desenvolvimento de ações visando à elevação socioeconômica, à qualidade de vida das famílias e à sustentabilidade das obras de saneamento.

Com o advento da pandemia de COVID-19, as ações relacionadas aos PTSAs precisaram ser adiadas visando a manutenção da saúde e não exposição a riscos a equipe técnica do Serviço Social da empresa, dos parceiros contratados e, sobretudo, da população beneficiária dos mesmos, uma vez que, em sua grande maioria, haveria a aglomeração de pessoas e, em consequência, uma grande probabilidade de disseminação da doença. Foram mantidos os diagnósticos sócio-populacionais nos territórios dos contratos mais recentes junto à Caixa Econômica Federal, realizados pela equipe própria do Serviço Social, porém com prevalência das medidas de proteção ao COVID-19.

Na fase 2 do PTSA, a partir da implantação dos projetos que serão licitados na CEF, os processos de engajamento com as comunidades incluirão: [413-1]

- Avaliações de impactos sociais, inclusive avaliações de impactos de gênero, com base em processos participativos;
- Avaliações de impactos ambientais e monitoramento contínuo;
- Divulgação pública dos resultados de avaliações de impactos ambientais e sociais;

- Programas de desenvolvimento local baseados nas necessidades de comunidades locais;
- Planos de engajamento de stakeholders baseados em mapeamentos dessas partes;
- Comitês e processos de consulta ampla à comunidade local incluindo grupos vulneráveis;
- Conselhos de trabalho, comissões de saúde e segurança no trabalho e outras entidades representativas de empregados para discutir impactos;
- Processos formais de queixas e reclamações por parte de comunidades locais.

Banco de imagem: Freepik



### 5.3. Universalização dos serviços de saneamento e acesso à água e esgoto

A DAE sempre pautou sua estratégia na elaboração e execução de projetos de médio e longo prazo tendentes à universalização do saneamento e à garantia da disponibilidade hídrica quali-quantitativa. Portanto, independente da gestão e corpo diretivo da empresa, este tema se faz presente, de modo a assegurar a Jundiaí ótimos índices de saneamento e sua posição de destaque no cenário nacional.

De acordo com as metas estabelecidas pela Lei nº 14.026/2020, que alterou a Lei do Saneamento (Lei nº 11.445/2007), Jundiaí já é considerada universalizada, pois possui mais de 99% de sua população atendida com água tratada (99,07%) e mais de 90% da população atendida com coleta e tratamento de esgoto sanitário (98,23% e 100% respectivamente).

Cumprir destacar que a universalização dos serviços de saneamento é parte integrante das metas estabelecidas no Plano Municipal de Saneamento Básico, Lei nº 8.881, de 13 de dezembro de 2017, bem como do Plano de Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí 2020-2035.

Diante deste cenário, do ponto de vista de saúde ambiental e humana, é indiscutível a necessidade do fornecimento de serviços de saneamento, água e esgoto a toda a população, como forma de garantir a qualidade ambiental, a saúde e a higiene. Por outro lado, considerando a realidade do saneamento em Jundiaí, do ponto de vista de infraestrutura, a universalização representa um desafio, na medida em que as regiões ainda

carentes de serviços de saneamento, são aquelas mais afastadas das unidades produtoras, o que significa grandes esforços técnicos, tanto em projetos quanto execução.

Consequentemente, a despeito do compromisso legal e social, a universalização em Jundiaí é financeiramente cara, pois estamos falando em levar saneamento a uma pequena parcela da população, residente nos limites do território, ou seja, trata-se de investimentos vultosos com um payback a longo prazo, o que onera a operação.

Assim, tais investimentos, direcionados à universalização do saneamento estão contemplados no Plano de Negócios e Estratégias a Longo Prazo 2022-2026, estando previstas obras em redes de água e de esgotamento sanitário, dentre as quais temos a ampliação de redes-tronco (chamadas de adutoras para água e interceptores para esgoto sanitário), bem como as redes capilares e o bombeamento para áreas mais íngremes e/ou mais distantes (casa de bombas para água e estações elevatórias para esgotamento sanitário). Dentre os bairros beneficiados com investimentos em redes de água temos: Roseira, Ivo-turucaia e Almerinda Chaves; já para os bairros beneficiados com investimentos em redes de esgoto temos: Champirra, Mato Dentro, Roseira, Ivo-turucaia, Jd. Aeroporto e Colônia.

Visando à universalização do saneamento na cidade de Jundiaí, foram executadas as seguintes obras:



Vista aérea da Estação de Tratamento de Água - Anhangabaú (ETA-A) (foto 2022)

- Construção como a de ampliação da capacidade de tratamento de água na ETA-Anhangabaú;
- Recuperação estrutural e impermeabilização do Reservatório do Distrito Industrial (R-13);
- Extensão de rede de esgoto no bairro Mato Dentro, Rio Acima, Jardim Tamoio e Casa Branca;
- Obra de remanejamento da adutora na Rodovia João Cereser em virtude das obras que estão sendo realizadas pela Concessionária Rota das Bandeiras de implantação de vias marginais;
- Extensões e reforços em redes de distribuição de água e em redes coletoras de esgoto em diversos pontos da cidade, bem como melhorias no sistema de tratamento de água;
- Execução de redes de água e esgoto, bem como cerca de 1.100 ligações para o Bairro Balsan conforme termo de acordo firmado com o poder público entre os municípios de Jundiaí e Várzea Paulista;
- Elaboração dos projetos executivos para universalização totalizando cerca de 180 km de novas redes em bairros e loteamentos diversos em todas as regiões do município—Macroprojeto;
- Execução de quatro reservatórios novos contemplados em programa de financiamento totalizando cerca de 17 mil m³ no Fazgran, CECAP, Jardim Carlos Gomes e ETA A (em implantação);
- Em relação à parte financeira, a Companhia optou por estratégias diferentes para a ampliação das redes de água e de esgotamento sanitário. Enquanto houve a busca e celebração de contratos de financiamento para as redes de esgotamento sanitário, as redes de água estão sendo ampliadas com recursos próprios, advindos da arrecadação dos serviços ofertados. Até o momento, essas estratégias têm se demonstrado bem sucedidas, uma vez que as metas de 2020 e 2021 foram atingidas.

| Índice de coleta e tratamento      | 2019   | 2020     | 2021     |
|------------------------------------|--------|----------|----------|
| Índice de coleta de esgoto (%)     | 100    | 100      | 99,55*   |
| Índice de tratamento de esgoto (%) | 100    | 100      | 100      |
| Extensão da rede de esgoto (km)    | 998,74 | 1.012,95 | 1.041,18 |

\*Redução devida a alteração nos critérios de contabilização do SNIS em 2021

| Descrição do sistema de distribuição | 2019     | 2020     | 2021     |
|--------------------------------------|----------|----------|----------|
| Extensão da rede de água (km)        | 1.942,56 | 1.961,15 | 1.974,76 |

| Ligações e economias ativas de água por categoria. Evolução de três anos (2019 a 2021). * 2019 2020 2021 |                         |                             |                         |                             |                         |                             |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------|-----------------------------|-------------------------|-----------------------------|-------------------------|-----------------------------|
|                                                                                                          | Número ligações de água | Número de economias de água | Número ligações de água | Número de economias de água | Número ligações de água | Número de economias de água |
| Residencial                                                                                              | 98.798                  | 171.051**                   | 98.937                  | 172.393**                   | 99.027                  | 173.710**                   |
| Comercial                                                                                                | 9.797                   | 10.688                      | 9.811                   | 10.717                      | 9.820                   | 10.789                      |
| Industrial                                                                                               | 421                     | 582                         | 421                     | 583                         | 422                     | 587                         |
| Pública                                                                                                  | 436                     | 520                         | 437                     | 521                         | 437                     | 525                         |
| TOTAL                                                                                                    | 109.452**               | 182.841**                   | 109.606**               | 184.215**                   | 109.705**               | 185.611**                   |

\* As quantidades de ligações e economias ativas de água por categoria foram estimadas uma vez que o sistema comercial da DAE não fornece dados de anos retroativos. A estimativa foi realizada considerando os dados conhecidos e divulgados no SNIS e a relação de proporção entre as categorias, conforme consultado no sistema comercial em 13/05/2022.

\*\* Valores conhecidos e divulgados no SNIS (códigos AG002, AG003 e AG013).

5.3.1. Investimento em novos negócios e serviços

Novos negócios e serviços podem impactar as operações de universalização, por conta do incremento de ativos, o que, consequentemente, implica em novas operações e/ou contratações.

o planejamento e implantação de novos negócios. Entretanto, também espera-se que o novo negócio ou serviço incrementado à empresa gere a médio e longo prazo, economia de recursos, otimização de mão de obra ou ganho de escala na qualidade dos serviços prestados.

Em um primeiro momento, espera-se um grande impacto financeiro durante



## 5.4. Gestão de riscos relacionados à segurança hídrica

A DAE, historicamente, sempre atuou de forma preventiva, antecipando-se às questões de segurança hídrica, levando em conta o desenvolvimento social e o crescimento econômico do município de Jundiaí.

Neste contexto, a Companhia desenvolve projetos e ações em toda a cadeia produtiva do insumo água, desde a nascente até a entrega final ao consumidor.

Nos mananciais, a DAE atua sob a ótica da fiscalização com foco na análise de atividades e/ou empreendimentos instalados na bacia de abastecimento e na fiscalização, *in loco*, das fontes de poluição que atingem os corpos hídricos, ações estas desempenhadas pelo Setor de Proteção de Mananciais.

A DAE também participa do Programa Nascentes de Jundiaí que, em conjunto com a Prefeitura Municipal de Jundiaí e parceiros privados, conserva e restaura áreas de relevância ambiental como nascentes, matas ciliares e áreas de recarga hídrica, potencializando a disponibilidade e a segurança hídrica municipal.

Concomitantemente, a água bruta é analisada em Laboratório Interno da DAE certificado pela ISO 17025, semanal e trimestralmente, com base nos parâmetros estabelecidos na Resolução CONAMA 357/05.

Seguindo à Estação de Tratamento de Água, a água tratada é analisada diariamente de acordo com a Portaria GM/MS nº 888, de 04 de maio de 2021.

Após o tratamento, a água distribuída nas redes é monitorada diariamente,

em diferentes pontos do município de Jundiaí, conforme a Portaria GM/MS nº 888/21, atestando assim a qualidade de água servida à população.

Ressalte-se que, a Companhia tem seus serviços regulados pela ARES-PCJ, o que significa que a agência reguladora fiscaliza as operações de produção de água, em seus aspectos técnicos e analíticos, atestando a qualidade do insumo produzido.

Neste contexto, a DAE S/A-Água e Esgoto deu início à contratação de empresa para elaboração do Plano de Segurança da Água, conforme diretrizes estabelecidas pelos Comitês das Bacias PCJ, trabalho este que consistirá em um guia para fundamentar às operações da companhia no que tange aos aspectos da produção de água desde o manancial até o consumidor final.

Ainda em relação à segurança hídrica a Companhia elaborou estudos de disponibilidade hídrica superficial e subterrânea com o objetivo de identificar fontes potenciais para incrementar a disponibilidade hídrica municipal. Com base nos resultados levantados, a DAE está elaborando projetos no sentido de utilizar estas fontes de água definidas nos estudos.

Outro ponto a ser destacado é a interface da Companhia com o órgão colegiado regional, em especial os Comitês PCJ e associação como o Consórcio PCJ, com foco na gestão de Recursos Hídricos cuja proposta de ação é a construção do Sistema Adutor Regional, infraestrutura esta que prevê a construção de duas represas, nos municípios de Amparo e Pe-

dreira além da rede de distribuição, o que poderá beneficiar Jundiaí.

Assim, as metas e objetivos estão relacionados ao Plano de Bacias 2020-2035 pelos municípios circunscritos a esta região. Pelos parâmetros quali-quantitativos dos Comitês PCJ e encartados no referido documento, a DAE busca de-

finir suas metas e objetivos sob a ótica da gestão compartilhada da água. Desse modo, as ações desencadeadas pela DAE, em relação à segurança hídrica, devem não só seguir a lógica do desenvolvimento local, mas, sobretudo, estar alinhadas às particularidades regionais da bacia hidrográfica da qual faz parte o município de Jundiaí.

### Sistema de Abastecimento de Água (SAA) na zona urbana municipal

Quatro captações superficiais, com os seguintes mananciais e vazões outorgadas:



Rio Jundiaí-Mirim: 1.809 l/s; \*



Córrego da Estiva ou Japi: 50 l/s;



Ribeirão da Ermida: 45 l/s;



Rio Atibaia: 1.200 l/s. (sazonal)



Estação de tratamento de água (ETA) Anhangabaú (ciclo completo: coagulação, floculação, decantação, filtração e desinfecção): capacidade nominal de 2.400 l/s. Captação feita nos mananciais do Rio Jundiaí-Mirim e Córrego da Japi ou Estiva;



Estação de tratamento de água (ETA) Eloy Chaves (compacta, possui tratamento tipo ciclo completo, mas é utilizada apenas como filtração): capacidade nominal de 40 l/s. Captação feita no Ribeirão da Ermida;



Captação subterrânea Poço Pacaembu (poço artesiano): capacidade de produção e tratamento por hipoclorito de sódio de 5,5 l/s;

\* O Rio Jundiaí-Mirim deságua na Represa de Acumulação a qual, de forma controlada, abastece a Represa de Captação, responsável por cerca de 95% do abastecimento público gerenciado pelo DAE



Banco de imagem: Freepik

## 6. DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO

Na gestão dos indicadores financeiros do biênio 2020-2021, a DAE privilegiou a reavaliação tarifária, o acompanhamento da capacidade de endividamento e pagamento de juros e o faturamento de maiores margens para grandes consumidores.

Para as conclusões desta avaliação do período, foram considerados dois pon-

tos de destaque: a redução de caixa por não repasse de reajustes tarifários aos clientes, em geral devido à pandemia da Covid-19, e o aumento da alavancagem financeira pela contratação de novos financiamentos, levando-se em conta que antes desse período, a DAE era minimamente alavancada em comparação às empresas do setor. [103|203]

### 6.1. Valor econômico direto gerado e distribuído [201-1]

Apesar da redução de Receita e de EBITDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) de 2020 para 2021, perfeitamente explicada pelos impactos causados pela pandemia da Covid-19, a DAE encerrou 2021 com um aumento de Receita de aproximadamente 7% em relação ao ano anterior, ou seja, R\$ 338.860 mil de receitas totais; porém, seu EBITDA foi reduzido em cerca de 50%, ou seja, atingiu R\$ 8.299 mil em 2021. Esses valores podem ser com-

parados pelos quadros deste capítulo.

A redução no EBITDA em 2021 se deve a alguns fatores advindos da pandemia da Covid-19 e à situação econômica financeira instável, como o reajuste tarifário aplicado somente em novembro do ano, o aumento dos custos com energia elétrica e também da tarifa referencial de serviços para o tratamento de esgotos de 19,17%, dentre outros aumentos de custos.

| Valor econômico DIRETO GERADO (mil R\$)                  | 2019             | 2020             | 2021             |
|----------------------------------------------------------|------------------|------------------|------------------|
| Receitas totais                                          | 303.969          | 301.863          | 339.803          |
| Serviços e insumos adquiridos de terceiros <sup>1</sup>  | - 163.290        | - 178.340        | - 218.835        |
| Retenções <sup>2</sup>                                   | - 9.723          | - 9.641          | - 10.645         |
| Valor adicionado recebido em transferência <sup>3</sup>  | 5.834            | 4.396            | 4.830            |
| <b>TOTAL</b>                                             | <b>136.790</b>   | <b>118.278</b>   | <b>115.153</b>   |
| Valor econômico DISTRIBUÍDO (mil R\$)                    | 2019             | 2020             | 2021             |
| Pessoal e encargos                                       | - 88.839         | - 89.041         | - 94.519         |
| Impostos, taxas e contribuições                          | - 24.701         | - 19.080         | - 21.559         |
| Juros, despesas financeiras e aluguéis                   | - 2.711          | - 2.532          | - 4.677          |
| Doações                                                  | - 149            | - 108            | -                |
| <b>TOTAL</b>                                             | <b>- 116.400</b> | <b>- 110.761</b> | <b>- 120.755</b> |
| Valor econômico RETIDO (mil R\$)                         | 2019             | 2020             | 2021             |
| "valor econômico gerado" - "valor econômico distribuído" | 20.390           | 7.517            | - 5.602          |
| Outros indicadores financeiros (mil R\$)                 | 2019             | 2020             | 2021             |
| Ebitda                                                   | 32.049           | 16.174           | 8.299            |
| Margem líquida/ Ebitda                                   | 11,80%           | 5,87%            | 2,81%            |
| Endividamento                                            | 21,00%           | 24,00%           | 28,00%           |
| Liquidez corrente                                        | 2,92             | 2,14             | 1,92             |

## 6.2. Impactos econômicos diretos e indiretos [201-2] [103|203]

Por padrão, no período de estiagem (normalmente, de abril a setembro), a redução no nível das águas impõe a utilização do reforço do Rio Atibaia e a consequente necessidade de acionamento de suas bombas, aumentando os custos para a empresa.

Os principais impactos diretos para a empresa com esses dois fatores são a redução no faturamento e aumento do consumo de energia. Já o principal impacto indireto seria uma diminuição no faturamento da DAE, pois o aumento da bandeira tarifária da energia leva a um aumento dos custos internos de operação para a ligação das bombas.

Cinco principais investimentos sociais privados previstos para o período foram realizados somente parcialmente devido às consequências da pandemia da Co-

vid-19 que levaram a uma alteração na estratégia definida anteriormente relacionada à execução das ações da fase 2. Assim, a meta foi alcançada parcialmente quanto à realização do diagnóstico e mapeamento socioambiental. Todos os cinco projetos encontram-se em período de licitação de fornecedores junto à Caixa Econômica Federal (ver mais detalhes dos projetos em Investimento Social Privado, à pág. 61). Apesar disso, conforme citado em destaque específico às págs. 62 e 63, em dezembro de 2020 foi inaugurado o Mundo das Crianças, mais um investimento privado na área social realizado pela DAE Jundiá. [203-1]

Os resultados financeiros da DAE dos anos de 2020 e 2021 foram auditados por Russell Bedford Auditores Independentes S/S [102-45]

<sup>1</sup> Representam o custo dos serviços prestados, com serviços de terceiros, energia elétrica, custo de tratamento de esgoto (concessionária), entre outros.

<sup>2</sup> Valores relacionados a depreciações e amortizações

<sup>3</sup> Receitas financeiras

## Projeções para 2022 [103 | 201]

Considerando a situação financeira da DAE Jundiaí, a Diretoria Superintendência de Gestão e a Diretoria Comercial e Financeira propõem o seguinte Plano de Ajuste, em observância e acompanhamento de medidas mitigatórias e preventivas dos riscos econômicos e/ou financeiros informados na matriz de risco:

1. Negociação ativa para redução dos índices de correção, quando da renovação de contratos, sejam contínuos ou de obras/serviços.
2. Revisão nos principais contratos ativos para possíveis reduções de escopo, gerando redução nos valores a serem medidos e pagos.
3. Revisão no planejamento de aquisições, especialmente de materiais, definindo novos processos de contratação (por registro de preço, por exemplo), com vistas a obter maior benefício dos recursos disponíveis. Até que o novo procedimento esteja definido, as solicitações de compras serão validadas junto à Presidência e às Superintendências.
4. Obras e serviços que não estão contemplados no Orçamento de 2022 só poderão ser atendidos mediante (i) apresentação de Estudo Preliminar e Termo de Referência (EP/TR), inclusive com formação de preço; e (ii) substituição de obra ou serviço já contemplado, mas não iniciado.

5. A cada trimestre, a Diretoria Comercial e Financeira (DCF) fará revisão nas projeções de arrecadação e despesas. Caso haja superávit consistente, novas obras ou serviços poderão ser atendidos, mediante a apresentação de Estudo Preliminar e Termo de Referência, inclusive com formação de preço.
6. Para aprovação de projetos (obras ou serviços) a DCF passará a trabalhar dentro do ciclo tarifário definido pela Agência Reguladora. Projetos que não tenham EP/TR não serão encaminhados à Agência quando do pedido de reajuste tarifário, e só serão contemplados se cumpridas as regras do item 4 deste Plano.
7. A Diretoria de Controle de Entregas, em conjunto com a DCF, manterá um “Banco de Projetos”, com as obras e serviços que não foram contemplados no Orçamento 2022.
8. Para os projetos que demandem recursos acima de R\$ 1.000.000,00, a DCF, em conjunto com a Diretoria de Controle de Entregas, avaliará a modelagem econômica, utilizando como critério a situação econômica da DAE e o seu Custo de Capital vigente, previamente à sua inclusão no orçamento.
9. Avaliação entre as Diretorias Administrativa e de Operações para utilização dos materiais remanescentes, adquiridos para atender contratos de Obras e que podem ser utilizados na manutenção, gerando redução nas aquisições.

# 7. SUMÁRIO GRI <sup>[102-55]</sup>

| Divulgações gerais                |                                                                               |           |         |
|-----------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------|-----------|---------|
| Perfil organizacional             |                                                                               |           |         |
| GRI Standard                      | Divulgação                                                                    | Página    | Omissão |
| GRI 102:<br>Divulgações<br>gerais | 102-1 Nome da organização                                                     | 19        | -       |
|                                   | 102-2 Atividades, marcas, produtos e serviços                                 | 19        | -       |
|                                   | 102-3 Localização da sede                                                     | 19        | -       |
|                                   | 102-4 Localização das operações                                               | 19        | -       |
|                                   | 102-5 Natureza da propriedade e forma jurídica                                | 19        | -       |
|                                   | 102-6 Mercados atendidos                                                      | 19 e 22   | -       |
|                                   | 102-7 Porte da organização                                                    | 19        | -       |
|                                   | 102-8 Informações sobre empregados e trabalhadores                            | 57        | -       |
|                                   | 102-9 Cadeia de fornecedores                                                  | 25        | -       |
|                                   | 102-10 Mudanças significativas na organização e na sua cadeia de fornecedores | Não houve | -       |
|                                   | 102-11 Abordagem ou princípio da precaução                                    | 37        | -       |
|                                   | 102-12 Iniciativas externas                                                   | 11        | -       |
|                                   | 102-13 Participação em associações                                            | 38        | -       |
| Estratégia                        |                                                                               |           |         |
| GRI Standard                      | Divulgação                                                                    | Página    | Omissão |
| GRI 102:<br>Divulgações<br>gerais | 102-14 Declaração do tomador de decisão sênior                                | 7         | -       |
| Ética e integridade               |                                                                               |           |         |
| GRI Standard                      | Divulgação                                                                    | Página    | Omissão |
| GRI 102:<br>Divulgações<br>gerais | 102-16 Valores, princípios, padrões e normas de comportamento                 | 30 e 33   | -       |
| Governança                        |                                                                               |           |         |
| GRI Standard                      | Divulgação                                                                    | Página    | Omissão |
| GRI 102:<br>Divulgações<br>gerais | 102-18 Estrutura da governança                                                | 29        | -       |

| Engajamento de stakeholders         |                                                                                                         |         |         |
|-------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|---------|
| GRI Standard                        | Divulgação                                                                                              | Página  | Omissão |
| GRI 102:<br>Divulgações<br>gerais   | <b>102-40</b> Lista de grupos de <i>stakeholders</i>                                                    | 14      | -       |
|                                     | <b>102-41</b> Acordos de negociação coletiva                                                            | 59      | -       |
|                                     | <b>102-42</b> Identificação e seleção de <i>stakeholders</i>                                            | 14      | -       |
|                                     | <b>102-43</b> Abordagem para engajamento de <i>stakeholders</i>                                         | 14 e 16 | -       |
| Práticas de reporte                 |                                                                                                         |         |         |
| GRI Standard                        | Divulgação                                                                                              | Página  | Omissão |
| GRI 102:<br>Divulgações<br>gerais   | <b>102-44</b> Principais tópicos e preocupações levantadas durante o engajamento de <i>stakeholders</i> | 14      | -       |
|                                     | <b>102-45</b> Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas                            | 75      | -       |
|                                     | <b>102-46</b> Definindo o conteúdo do relatório e limites do tópico                                     | 13 e 14 | -       |
|                                     | <b>102-47</b> Lista dos tópicos materiais                                                               | 14      | -       |
|                                     | <b>102-48</b> Reformulações de informações                                                              | 13      | -       |
|                                     | <b>102-49</b> Mudanças no relatório                                                                     | 13      | -       |
|                                     | <b>102-50</b> Período do relatório                                                                      | 13      | -       |
|                                     | <b>102-51</b> Data do relatório mais recente                                                            | 13      | -       |
|                                     | <b>102-52</b> Ciclo do relatório                                                                        | 13      | -       |
|                                     | <b>102-53</b> Ponto de contato para perguntas sobre o relatório                                         | 13      | -       |
|                                     | <b>102-54</b> Opção de acordo com o GRI <i>Standards</i>                                                | 13      | -       |
|                                     | <b>102-55</b> Sumário de Conteúdo GRI                                                                   | 78      | -       |
| <b>102-56</b> Asseguração externa   | 13                                                                                                      | -       |         |
| Tópicos materiais                   |                                                                                                         |         |         |
| Desempenho econômico                |                                                                                                         |         |         |
| GRI Standard                        | Divulgação                                                                                              | Página  | Omissão |
| GRI 103:<br>Abordagem de<br>gestão  | <b>103-1</b> Explicação sobre o tópico material e seus limites                                          | 39      | -       |
|                                     | <b>103-2</b> Abordagem de gestão e seus componentes                                                     | 39 e 76 | -       |
|                                     | <b>103-3</b> Evolução da abordagem de gestão                                                            | 39 e 76 | -       |
| GRI 201:<br>Desempenho<br>econômico | <b>201-1</b> Valor econômico direto gerado e distribuído                                                | 73      | -       |
|                                     | <b>201-2</b> Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades decorrentes de mudanças climáticas | 75      | -       |

| Impactos econômicos indiretos             |                                                                  |         |         |
|-------------------------------------------|------------------------------------------------------------------|---------|---------|
| GRI Standard                              | Divulgação                                                       | Página  | Omissão |
| GRI 103:<br>Abordagem de gestão           | <b>103-1</b> Explicação sobre o tópico material e seus limites   | 73      | -       |
|                                           | <b>103-2</b> Abordagem de gestão e seus componentes              | 73      | -       |
|                                           | <b>103-3</b> Evolução da abordagem de gestão                     | 73      | -       |
| GRI 203:<br>Impactos econômicos indiretos | <b>203-1</b> Investimentos em infraestrutura e apoio a serviços  | 60 e 75 | -       |
| Energia                                   |                                                                  |         |         |
| GRI Standard                              | Divulgação                                                       | Página  | Omissão |
| GRI 103:<br>Abordagem de gestão           | <b>103-1</b> Explicação sobre o tópico material e seus limites   | 53      | -       |
|                                           | <b>103-2</b> Abordagem de gestão e seus componentes              | 53      | -       |
|                                           | <b>103-3</b> Evolução da abordagem de gestão                     | 53      | -       |
| GRI 302:<br>Energia                       | <b>302-1</b> Consumo de energia dentro da organização            | 53      | -       |
|                                           | <b>302-3</b> Intensidade energética                              | 54      | -       |
| Água e efluentes                          |                                                                  |         |         |
| GRI Standard                              | Divulgação                                                       | Página  | Omissão |
| GRI 103:<br>Abordagem de gestão           | <b>103-1</b> Explicação sobre o tópico material e seus limites   | 39      | -       |
|                                           | <b>103-2</b> Abordagem de gestão e seus componentes              | 39      | -       |
|                                           | <b>103-3</b> Evolução da abordagem de gestão                     | 39      | -       |
| GRI 303: Água e efluentes                 | <b>303-1</b> Interações com a água como recurso compartilhado    | 39      | -       |
|                                           | <b>303-2</b> Gestão de impactos relacionados ao descarte de água | 42      | -       |
| Emissões                                  |                                                                  |         |         |
| GRI Standard                              | Divulgação                                                       | Página  | Omissão |
| GRI 103:<br>Abordagem de gestão           | <b>103-1</b> Explicação sobre o tópico material e seus limites   | 53      | -       |
|                                           | <b>103-2</b> Abordagem de gestão e seus componentes              | 53      | -       |
|                                           | <b>103-3</b> Evolução da abordagem de gestão                     | 53      | -       |

| GRI 305:<br>Emissões            | <b>305-1</b> Emissões diretas (Escopo 1) de gases de efeito estufa (GEE)                                                                                                                                         | 49 e 50 | -                                                            |
|---------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|--------------------------------------------------------------|
|                                 | <b>305-2</b> Emissões indiretas (Escopo 2) de gases de efeito estufa (GEE) provenientes da aquisição de energia                                                                                                  | 49 e 51 | -                                                            |
|                                 | <b>305-3</b> Outras emissões indiretas (Escopo 3) de gases de efeito estufa (GEE)                                                                                                                                | ND      | A DAE ainda não realiza o controle das emissões de Escopo 3. |
|                                 | <b>305-4</b> Intensidade de emissões de gases de efeito estufa (GEE)                                                                                                                                             | 51      | -                                                            |
| Biodiversidade                  |                                                                                                                                                                                                                  |         |                                                              |
| GRI Standard                    | Divulgação                                                                                                                                                                                                       | Página  | Omissão                                                      |
| GRI 103:<br>Abordagem de gestão | <b>103-1</b> Explicação sobre o tópico material e seus limites                                                                                                                                                   | 39      | -                                                            |
|                                 | <b>103-2</b> Abordagem de gestão e seus componentes                                                                                                                                                              | 39      | -                                                            |
|                                 | <b>103-3</b> Evolução da abordagem de gestão                                                                                                                                                                     | 39      | -                                                            |
| GRI 304:<br>Biodiversidade      | <b>304-1</b> Unidades operacionais próprias, arrendadas ou geridas dentro ou nas adjacências de áreas de proteção ambiental e áreas de alto valor de biodiversidade situadas fora de áreas de proteção ambiental | 43      | -                                                            |
|                                 | <b>304-2</b> Impactos significativos de atividades, produtos e serviços na biodiversidade                                                                                                                        | 44      | -                                                            |
|                                 | <b>304-3</b> Habitats protegidos ou restaurados                                                                                                                                                                  | 47      | -                                                            |
|                                 | <b>304-4</b> Espécies incluídas na lista vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas por operações da organização                                                       | 48      | -                                                            |
| Comunidades Locais              |                                                                                                                                                                                                                  |         |                                                              |
| GRI Standard                    | Divulgação                                                                                                                                                                                                       | Página  | Omissão                                                      |
| GRI 103:<br>Abordagem de gestão | <b>103-1</b> Explicação sobre o tópico material e seus limites                                                                                                                                                   | 64      | -                                                            |
|                                 | <b>103-2</b> Abordagem de gestão e seus componentes                                                                                                                                                              | 64      | -                                                            |
|                                 | <b>103-3</b> Evolução da abordagem de gestão                                                                                                                                                                     | 64      | -                                                            |
|                                 | <b>413-1</b> Operações com engajamento, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento voltados à comunidade local                                                                                         | 64      | -                                                            |

# CRÉDITOS

## **Consultoria GRI e Desenvolvimento de Conteúdo**

### **Green Domus Desenvolvimento Sustentável**

Felipe Bottini

Artaet Martins

Marina Dall'Anese

Mariana Ferraz

Elisabete Alina Skwara

Andreia Martins

### **DAE Jundiaí**

Maria Carolina Hertel Dutra e Simões

Martim de Franca Silveira Ribeiro

Cláudia Debroi de Campos

Naiara Mequi Poiate

### **Editoração**

Thaís Dias Design

Fotos e ilustrações: Comunicação DAE e banco de imagem Freepik



Represa do Moisés (Córrego Japi ou Estiva)



[www.daejundiai.com.br](http://www.daejundiai.com.br)



/daejundiai



/daejundiai



/daesajundiai



/daejundiai